



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE TEOLOGIA

ADAILSON DE JESUS RAMOS

**MORTE, “SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA” E RESSURREIÇÃO:
Uma análise da escatologia em Joseph Ratzinger**

Goiânia-GO
2024

ADAILSON DE JESUS RAMOS

**MORTE, “SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA” E RESSURREIÇÃO:
Uma análise da escatologia em Joseph Ratzinger**

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para conclusão da graduação em Teologia e obtenção do grau de Bacharel em Teologia.

Orientador: Profº. Me. Pe. José Luiz da Silva.

Goiânia-GO
2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

*À minha querida diocese de Barreiras-BA, que
me conduz nos caminhos de Cristo Jesus.*

AGRADECIMENTOS

A Deus Uno e Trino, pela sua bondade e misericórdia para comigo. Pelo dom da minha vida e por me chamar todos os dias à santidade;

À Santíssima Virgem Maria, Mãe de Nosso Deus e Senhor Jesus Cristo, pelo zelo e proteção maternal em minhas maiores dificuldades;

A São José, esposo castíssimo da Virgem Maria, pelo modelo e exemplo de guarda da Sagrada Família, de provedor da casa e de odediência à vontade de Deus;

À minha família, de forma especial aos meus pais, Adilton de Jesus Ramos e Sirlene Rosa de Jesus Ramos, por me proporcionar uma educação cristã, cultivando em mim uma abertura de coração aos bons valores;

À minha querida Diocese de Barreiras-BA, por acolher a minha vocação e demonstrar confiança e esperança nela;

Ao meu bispo diocesano, Dom Moacir Silva Arantes, por ser um sinal da presença de Cristo em nosso meio;

Aos padres que compõem a equipe de formação do Seminário Interdiocesano São João Maria Vianney. De modo especial ao reitor, padre José Luiz da Silva, em quem saúdo os demais padres pela dedicação e zelo em formar pastores segundo o Coração de Jesus;

Aos meus irmãos de Diocese, Tharles do Nascimento Porto, Kaio de Souza Silva, Deusay da Cruz Nunes, Leomário Lima de Oliveira, Kedson Luan de Souza Borges Barreto, Cláudio Tavares de Carvalho e Rodrigo dos Santos Teixeira. Obrigado pela amizade, pelas partilhas e pelo testemunho individual de cada um;

Ao meu diretor espiritual, padre Pedro Mendonça Fleury, pelo acompanhamento vocacional, ajudando-me a configurar a Cristo, Bom Pastor;

Aos meus professores de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC, pelo empenho e contribuição em minha formação acadêmica;

Ao meu orientador, Prof^o. Me. Pe. José Luiz da Silva, por caminhar comigo no desenvolvimento deste trabalho. Obrigado pelo empenho, pela atenção e pela paciência;

Ao Prof^o. Me. Pe. Sílvio Rogério Zurawski, pela disponibilidade em ler e avaliar este trabalho de conclusão de curso;

Ao Prof^o Dr. Pe. Eli Ferreira Gomes, pela disponibilidade em ler e avaliar este trabalho de conclusão de curso;

A todo povo de Deus que reza em favor da Santa Igreja Católica, bem como pelas vocações sacerdotais e religiosas. Deus abençoe a todos! Minha sincera gratidão!

*Ressurreição e vida nossa,
Cristo, esperança do perdão.
Quando nos fere a dor da morte
A vós se volta o coração.*

*Também na Cruz a grande angústia
Da morte humana vós provastes
Quando, inclinando a vossa frente,
Ao Pai o espírito entregastes.*

*Ó Bom Pastor, em vossos ombros
Vós carregastes nossa dor.
Destes a nós morrer convosco
Do Pai no seio acolhedor.*

*Braços abertos, vós pendestes
E vosso peito transpassado
Atrai a si os que carregam
Da morte o fardo tão pesado.*

*Quebrando as portas dos infernos,
Do céu o Reino nos abris;
Dai força agora aos sofredores,
Dai-lhes enfim vida feliz.*

*Os nossos irmãos que nos seus corpos
Dormem na paz do vosso amor,
Por vós estejam vigilantes
Para entoar vosso louvor.*

(Hino das Laudes dos fiés defuntos)

RESUMO

A apodicidade da morte é um forte dilema da existência humana. Através dela, o homem se vê diante do porquê morremos e do como será após a morte. Perpassando por esses problemas, Joseph Ratzinger trabalha a fundo a dimensão da morte e da vida eterna, principalmente em sua obra *Escatologia: morte e vida eterna*. Em tal obra, esse autor, em diálogo com outros pensadores, expõe sua reflexão a respeito da morte e da vida futura. Não obstante ao seu modo de pensar, ele corrobora sua linha de estudo com aquilo que é dogmaticamente pregado e defendido pela Tradição da Igreja Católica. Nesse caminho, esse autor evidencia que o homem não foi criado por Deus para terminar no nada. Pelo contrário, ele foi feito para a imortalidade e eternidade. A morte física é real, mas não é o fim, porque o homem foi criado para a vida. Essa realidade é de tal modo concebida que a própria ruptura da alma com o corpo, causada pela morte, não é capaz de suprimir a existência do homem, uma vez que sua alma subsiste em um estado (céu, purgatório ou inferno) até que aconteça o retorno de Cristo e, então, tal alma se unirá novamente a seu corpo. Assim, o homem, em corpo e alma, será julgado e adentrará definitivamente à eternidade. Nessa perspectiva escatológica, veremos que o homem morre, passa pelo juízo particular e entra na posse do que ele mesmo preparou para si enquanto foi-lhe permitido viver quando esteve sobre a terra. Aí permanece até que aconteça o retorno de Cristo e o julgamento universal, em que os corpos ressurgirão. Deveras, a morte é factível, mas ela não tem a última palavra, porque fora tragada pela ressurreição de Jesus Cristo. E ao modo da ressurreição do Senhor, haveremos também de ressuscitar. E é por meio desse trajeto que o presente trabalho se dirige.

Palavras-chave: Morte; Situação intermediária; Ressurreição; Joseph Ratzinger.

ABSTRACT

The apodicticity of death is a strong dilemma of human existence. Through it, man finds himself faced with the question of why we die and what will happen after death. Going through these problems, Joseph Ratzinger works hard on the dimension of death and eternal life, mainly in his work *Eschatology: Death and Eternal Life*. In this work, this author, in dialogue with other thinkers, presents his reflections on death and the future life. Despite his way of thinking, he corroborates his line of study with what is dogmatically preached and defended by the Tradition of the Catholic Church. In this way, this author shows that man was not created by God to end in nothingness. On the contrary, he was made for immortality and eternity. Physical death is real, but it is not the end, because man was created for life. This reality is conceived in such a way that the very rupture of the soul with the body, caused by death, is not capable of suppressing the existence of man, since his soul subsists in a state (heaven, purgatory or hell) until the return of Christ, and then this soul will be reunited with his body. Thus, man, in body and soul, will be judged and will definitively enter eternity. In this eschatological perspective, we will see that man dies, goes through the particular judgment and comes into possession of what he himself prepared for himself while he was allowed to live when he was on earth. He remains there until the return of Christ and the universal judgment, in which the bodies will rise again. Indeed, death is feasible, but it does not have the last word, because it was swallowed up by the resurrection of Jesus Christ. And like the resurrection of the Lord, we will also be resurrected. And it is through this path that the present work is directed.

Keywords: Death; Intermediate situation; Resurrection; Joseph Ratzinger.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 A TEOLOGIA DA MORTE	12
1.1 O homem morre.....	12
1.2 A origem da morte.....	14
1.3 O sofrimento que antecede a morte.....	16
1.4 O mistério da morte que circunda o homem.....	19
1.5 A ruptura causada pela morte.....	21
1.6 O cuidado que se deve aos mortos.....	25
2 A “SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA” ENTRE MORTE E RESSURREIÇÃO.....	29
2.1 O estado da alma após a morte corpórea.....	29
2.1.1 O juízo particular.....	31
2.1.2 O Céu.....	34
2.1.3 O purgatório.....	38
2.1.4 O inferno.....	44
3 A RESSURREIÇÃO.....	49
3.1 A ressurreição de Jesus Cristo.....	49
3.2 A nossa ressurreição.....	54
3.2.1 Ressuscitaremos ao modo da ressurreição de Cristo.....	54
3.2.2 Ressurreição da carne.....	56
3.3 A parusia e o juízo universal.....	61
3.3.1 Os sinais da Vinda de Cristo.....	62
3.3.2 O retorno de Cristo.....	64
3.3.3 O juízo universal.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
ANEXOS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura da sociedade, ou, ao menos, em grande parte dela, o pensamento reflexivo a respeito da morte tem tido pouca importância, sendo quase que irrelevante. Isso por que a vida humana, como dom de Deus e pertencente a Ele, está banalizada. A vida do homem, enquanto ser indiviso, unidual, foi colocada no mesmo nível das outras criaturas viventes, como que equiparada, em grau de dignidade, aos animais irracionais. Se isso acontece com a vida, então o que dizer quando se trata da morte? A morte do ser humano está sendo tratada, em sentido absoluto, como o fim definitivo de sua existência. Daquela existência indivisa, propriamente dita. Cessa a vida terrestre da pessoa com a morte e aí se encerra, para sempre, sua existência. Se assim se pensa, então o que falar da situação da alma separada do corpo? O que dizer da ressurreição dos mortos? Se a morte é o fim de tudo, então tudo o que se vive é vão. Deixa-se “levar pelo nada” e embrenha-se no “morreu, acabou”.

Contrapondo essa linha de pensamento, o presente trabalho exporá uma análise da escatologia, que possibilitará um melhor entendimento da passagem da morte para a vida eterna. Para isso será de grande valia o aprofundamento bíblico-teológico, bem como dos escritos da Tradição da Igreja que dizem respeito à temática em questão. Ademais, será enfatizada a reflexão do teólogo Joseph Ratzinger¹ que muito colaborou com a Igreja e corroborou na sua vida a verdade da fé, não obstante à comunhão eclesial. Sua obra *Escatologia: Morte e Vida eterna*, base para este trabalho, aborda uma reflexão sólida, calcada na doutrina cristã católica, capaz de responder com autenticidade, à luz da fé, as inquietações ou mesmo descrenças do homem na vida futura.

O comprometimento de Ratzinger com a fé e a verdade foi para a vida da Igreja de suma importância. Seu novo modo de ver e pensar o novo milênio, de maneira dialógica,

¹ O cardeal Joseph Ratzinger, Papa Bento XVI, nasceu em Marktl am Inn, no dia 16 de abril de 1927, na Baviera (cf. RATZINGER, Joseph. **O Sal da terra: o cristianismo e a Igreja Católica no século XXI**: Um diálogo com Peter Seewald. Rio de Janeiro: Imago, 2005, pp. 36-38). O seu pai era comissário da polícia, provinha duma antiga família de agricultores da Baixa Baviera. Sua mãe era filha de artesãos de Rimsting, no lago de Chiem, e antes de casar trabalhara como cozinheira em vários hotéis. Isso mostra que o período da sua juventude não foi fácil. Contudo, a fé e a educação da sua família prepararam-no para enfrentar a dura experiência daqueles tempos, em que o regime nazista mantinha um clima de grande hostilidade contra a Igreja Católica. Precisamente nessa complexa situação, Ratzinger descobriu a beleza e a verdade da fé em Jesus Cristo. Foi de fundamental importância para ele a conduta de sua família, que sempre deu um claro testemunho de bondade e esperança, radicada numa conscienciosa pertença à Igreja. O jovem Ratzinger recebeu a Ordenação Sacerdotal em 29 de junho de 1951. Em 25 de março de 1977, o Papa Paulo VI nomeou-o Arcebispo de München e Freising. No dia 19 de abril de 2005 foi eleito como o 265.º Papa, sucedendo a João Paulo II. O seu pontificado se concluiu em 28 de fevereiro de 2013. Em seguida, Bento XVI foi morar na Cidade do Vaticano, junto ao Mosteiro “*Mater Ecclesiae*”, como Papa Emérito. Faleceu em 31 de dezembro de 2022 (cf. A BIOGRAFIA DE BENTO XVI. *Vatican News*. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2022-12/bento-xvi-biografia.html>. Acessado em 20 de novembro de 2024).

robusteceu a forma do pensamento cristão contemporâneo. Principalmente pelo fato de que a Pessoa de Jesus Cristo ocupa a centralidade de sua reflexão. Exemplo disso é sua obra *Escatologia: Morte e vida eterna*, na qual ele acentua de que a nossa fé e esperança no pós-morte estão numa Pessoa, Cristo Ressuscitado, não numa ideia impessoal.

Pautando-se nisso, este trabalho tem por objetivo compreender a teologia da morte, da “situação intermediária” e da ressurreição, na visão de Joseph Ratzinger. Tal elaboração busca, ainda, delinear como essa compreensão se faz presente na vida do homem. Como, com a evidência da morte, o homem é capaz de ver a vida terrena e almejar a vida eterna.

Além disso, tratar dessas realidades escatológicas é muito pertinente porque diz respeito a um dado primeiro do qual ninguém pode fugir: a morte. Todos passarão pela morte. Todos morrerão. Mas a morte não tem a última palavra, sendo que *é morrendo que se vive para a vida eterna*. Que a análise disso possibilite fundamentar uma refutação às ideologias contemporâneas, as quais levam a pensar que a morte humana é o fim absoluto da existência, bem como possa abrir um novo horizonte para compreender melhor que o ser humano não foi criado para a morte, mas para a vida, para a vida feliz e sem fim.

Dito isso, o trabalho que se segue se subdividirá em três capítulos. O primeiro capítulo, “A teologia da morte”, apresentará a morte física do homem, concebendo-a como evidência real, mas não a tendo como fim da existência. Neste trajeto, também trataremos da origem da morte, que não foi quista por Deus, mas iniciada no mundo por inveja do diabo. Além do mais, será posto em realce a questão do sofrimento que, naturalmente, entra como prelúdio da morte. A partir disso, dar-se-á destaque ao mistério da morte pelo qual o homem está envolto, bem como na cisão operada pela morte, isto é, na separação da alma com o corpo. Versaremos, ainda, nesse capítulo, sobre o cuidado que se deve aos mortos, partindo do pressuposto de que cada corpo humano carrega em si a imagem de Deus e uma sacralidade singular por ter sido templo do Espírito Santo.

Quanto ao segundo capítulo, “A ‘situação intermediária’ entre morte e ressurreição”, verificar-se-á o estado em que se encontra a alma após a morte corpórea. No tocante a isso, serão tratadas quatro realidades, também chamadas de *os novíssimos*, a saber: 1) O juízo particular: A alma se vê diante de sua “retribuição” definitiva, em que suas obras são examinadas imediatamente quando esteve unida ao corpo, sem prerrogativas de voltar atrás. 2) O céu: A participação da vida divina, juntamente com os anjos e os santos. 3) O purgatório: A purificação das consequências que geraram os pecados cometidos, para poder gozar, puro, da visão de Deus no céu. E, por fim, 4) O inferno: Que é a frustração total por ter se obstinado

livremente contra a vontade divina, sendo este um “não” definitivo a Deus, encontrando-se fora de sua face definitivamente.

Quanto ao terceiro e último capítulo, “A ressurreição”, expor-se-á, com mais veemência, a ressurreição de Jesus Cristo, bem como também a ressurreição dos mortos. Esta só será possível porque aquela se deu por primeiro. Nesse sentido, todos os homens hão de ressuscitar ao modo da ressurreição de Jesus Cristo. Isso significa dizer que a alma se unirá a seu corpo e o homem todo adentrará à eternidade de corpo e alma. Na ocorrência disso, esse capítulo também enfatizará a parusia e o juízo universal, ressaltando desde os sinais que demarcam a vinda de Cristo até à consumação dos séculos com seu retorno glorioso. Então, será o fim da vida terrena, em que serão julgados os vivos e os mortos.

Começemos, então, nosso estudo, por uma breve abordagem acerca do tema da morte. Tal abordagem perpassará por conceitos caros à teologia escatológica, bem como por uma fundamentação antropológica concisa. Isso nos possibilitará entender, posteriormente, que não fomos criados para terminar no pó, mas para ressurgir para a vida, para uma vida nova, pois Deus não é Deus de mortos, mas sim de vivos, sendo que para Ele todos vivem (cf. Lc 20,38).

1 A TEOLOGIA DA MORTE

“Entrega-te, pois, a Deus, meu caro irmão, antes que chegue a morte”.
Santo Afonso de Ligório

A morte, entendida, semanticamente, como fim da vida animal ou vegetal, cessação da vida, termo e fim², é o maior temor do homem. Nisso, “em sua relação específica com a existência humana, a morte pode ser entendida: a) como início de um ciclo de vida; b) como fim de um ciclo de vida; c) como possibilidade existencial”³. Nesse sentido, há quem se apoia na esperança de uma vida perpétua após a morte e há quem não se apoia em nada, senão no puro vazio existencial, ou mesmo ainda quem é indiferente a tudo isso. Em todo caso, a morte é um fato existencial. Um fato real experimentado na carne, tanto para quem morre, quanto para quem fica. Neste, ao ver aquele que expirou, residirá o sentimento de que um dia também haverá de morrer e disso não há como se desvencilhar, “porque a morte é lei eterna” (Eclo 14, 17); cedo ou tarde, ela chega para todos.

1.1 O homem morre

A primeira constatação que se clarividencia com o problema da morte é que o homem morre. Não morrem somente os vegetais e os animais; os homens, dotados de razão e de alma intelectual⁴, também morrem. Nesse aspecto, por ora, deve-se demarcar que o homem não tem vantagem alguma em relação às outras criaturas, “pois a sorte do homem e a do animal é idêntica: como morre um, assim morre o outro, e ambos têm o mesmo alento” (Eclo 3,19). Por esse dado apodítico, “o homem não leva vantagem sobre o animal, porque tudo é vaidade. Tudo caminha para o mesmo lugar: tudo vem do pó e tudo volta ao pó” (Eclo 3,20). Isso é o mesmo que dizer que “estamos votados à morte por leis de natureza. Somos filhos da terra, do pó viemos e para o pó retornaremos”⁵.

Nessa perspectiva, a morte, no sentido factual e material, iguala tudo num mesmo nível, pondo homens, animais e vegetais em mesmo pé de igualdade. Não obstante a isso, “a

² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p. 443.

³ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 683.

⁴ Tratar-se-á dessa questão mais adiante do trabalho, quando acentuar que o homem é uma unidualidade, um composto de corpo e alma.

⁵ SUSIN, Luiz Carlos. **O tempo e a eternidade: a escatologia da criação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018, p. 94.

todos, nobres e plebeus, príncipes ou vassallos, estará reservada a mesma sorte”⁶: Todos se converterão em pó. Numa ótica material a respeito dessa realidade, a morte nivela num mesmo patamar tudo o que antes fora vivo. Noutros termos, “o cristão morre como toda criatura mortal: ‘Tudo o que é vivo, morre!’”⁷.

À vista disso, de que a morte é para todos, e dentro desse todos se encontra o homem, é válido se reportar das palavras de Santo Afonso Maria de Ligório para perceber a crueza com que se-nos apresenta a morte. Assim acentua:

Imagina que estás em presença de uma pessoa que acaba de expirar. Contempla aquele cadáver, estendido ainda em seu leito mortuário: a cabeça inclinada sobre o peito; o cabelo em desalinho e banhado ainda em suores da morte, os olhos encovados, as faces descarnadas, o rosto acinzentado, os lábios e a língua cor de chumbo; hirtos e pesados o corpo. Treme e empalidece quem o vê. Quantas pessoas, à vista de um parente ou amigo morto, mudaram de vida e abandonaram o mundo. É ainda mais horrível o aspecto do cadáver quando começa a corromper-se. Nem um dia se passou após o falecimento daquele jovem, e já se percebe o mau cheiro. É preciso abrir as janelas e queimar incenso; é mister que prontamente levem o defunto à Igreja, ou ao cemitério, e o entreguem à terra para que não infeccione toda a casa. Mesmo que aquele corpo tenha pertencido a um nobre ou potentado, não servirá senão para que exale ainda fetidez mais insuportável, disse um autor. Vês o estado a que chegou aquele soberbo, aquele dissoluto! Ainda há pouco, via-se acolhido e cortejado pela sociedade; agora tornou-se o horror e o espanto de quem o contempla. Os parentes apressam-se a afastá-lo de casa e pagam aos coveiros para que o encerrem em um esquife e lhe deem sepultura. Há bem poucos instantes ainda se apregoava a fama, o talento, a finura, a polidez e a graça desse homem; mas apenas está morto, nem sua lembrança se conserva⁸.

Esse relato mostra, tão claro e concreto, um fato evidente: o homem morre. É perceptível ver no texto a dureza das palavras, um tanto fria, para mostrar a face da morte. Ao retratar um cenário de um homem que acaba de expirar, o autor não só nos lembra de que somos pó e em pó haveremos de nos converter, mas também nos exorta de que é preciso pensar na morte, em nossa morte, para vivermos bem, pois a morte não deixa de ser reflexão sobre a vida, principalmente quando esta se encontra calcada na fé. E sobre isso acentua Ratzinger: “A fé cristã está voltada para a vida. Ela crê no Deus dos vivos. Sua meta é vida e, por isso, diz sim à vida em todos os seus níveis, como dom e reflexo de Deus, que é a vida”⁹.

Nesse viés, tendo refletido o modo pessimista de pensar a morte como sendo igual para todos, o apóstolo Paulo também direciona o foco para algo que está além da morte – a vida: “Nós que vivemos estamos sempre expostos à morte por causa de Jesus, para que

⁶ LIGÓRIO, Santo Afonso de. **Preparação para a morte**. Tradução Celso de Alencar. Rio Grande do Sul: Minha Biblioteca Católica, 2022, p. 19.

⁷ SUSIN, 2018, p. 94.

⁸ LIGÓRIO, 2022, pp. 19-20.

⁹ RATZINGER, Joseph. **Escatologia: morte e vida eterna**. 2 ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Molokai, 2020, p. 125.

também a vida de Jesus se manifeste em nossa carne mortal” (2Cor 4,11). É claro, conforme ele escreve em sua segunda Carta aos Coríntios, que há no coração do homem uma angústia pela morte que todos haverão de passar, uma vez que o homem está condenado à morte (cf. 2Cor 1,9), mas isso não é motivo para pensar que tudo acaba com a morte.

Na realidade, existe um anseio no coração do homem que o transcende para uma realidade existencial fora dessa dimensão terrena: “O germe de eternidade que nele existe, irreduzível à pura matéria, insurge-se contra a morte” (GS 18)¹⁰. Assim sendo, chega um momento em que o homem, caindo em si, nota sua fragilidade e sua dependência de seu Criador, ao ponto de exclamar: “Fizeste-nos para ti, e inquieto está o nosso coração, enquanto não repousa em ti”¹¹. A partir do momento que assim se percebe, o homem se entrega a Deus, e deseja ver a sua face, clamando para que não lhe esconda sua face (cf. Dt 31,17;32,20): “Que eu morra para contemplá-la e para não morrer”¹².

Diante dessa realidade, o apóstolo Paulo, motiva-nos a não confiarmos em nós mesmos, mas em Deus que ressuscita os mortos (cf. 2Cor 1,9). Essa, de fato, é a esperança de todo aquele que confia em Deus. Que assim como Cristo ressuscitou dos mortos, com Ele também, acreditamos, haveremos de ressuscitar¹³ (cf. Rm 6,8).

1.2 A origem da morte

Como é evidente que o homem morre, surge automaticamente uma indagação: Como surgiu a morte? É claro que Deus não criou a morte, porque tudo o que ele fez é bom (cf. Gn 1, 31), e dentro dessa bondade Divina na criação não está a morte, porque “Deus não fez a morte nem tem prazer em destruir os viventes. Tudo criou para que subsista” (Sb 1, 13-14). Logo, se Deus não é o autor da morte, então há que ter um autor para ela, pois desde que ela passou a existir, tudo o que é vivo morre. Por esse dado, “compreender a vida humana significa compreender a morte”¹⁴.

Trata-se, na verdade, de um assunto um tanto complexo e bastante envolto por incógnitas, mas a Sagrada Escritura é o instrumento por excelência que nos possibilita uma melhor compreensão sobre esta problemática. É o caso, por exemplo, de se afirmar que a

¹⁰ CONCÍLIO VATICANO II. (*Gaudium et Spes* – GS). Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Organização geral Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

¹¹ AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1984, p. 15.

¹² AGOSTINHO, 1984, p. 19.

¹³ O tema da ressurreição será mais bem enfatizado no último capítulo.

¹⁴ RATZINGER, Joseph. **Dogma e anúncio**. Tradução de Antônio Steffen, SJ. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 240.

morte deu início no mundo pelo diabo. Isso é claro no livro da Sabedoria quando se afirma que “Deus criou o homem para a incorruptibilidade e o fez imagem de sua própria natureza; foi por inveja do diabo que a morte entrou no mundo” (Sb 2,23-24). Isto significa que o diabo, que nada criou, incutiu por inveja na mente humana o desejo de ser igual a Deus, de que a obra criada poderia ser igual ao seu Criador (cf. Gn 3,5); e o homem, que fora criado com o livre-arbítrio¹⁵, escolheu por ouvir a voz do diabo e desobedecer a voz de Deus, que o havia afirmado: “Do fruto da árvore que está no meio do jardim (...) dele não comereis, nele não tocareis, sob pena de morte” (Gn 3,3). Assim agindo, o homem rompe a relação com Deus e perde os dons¹⁶ que lhe foram concedidos¹⁷.

Decerto, por tentação do diabo, o homem comeu do fruto, tocou onde não devia e obteve para si a ruína. Portanto, a desobediência do próprio homem trouxe-lhe a morte. Explicando essa ligação entre pecado e morte, Ratzinger acentua o ímpeto do homem em querer se tornar como Deus, autônomo e independente, e isso acaba por se converter numa existência-sheol, isto é, a morte lhe sobrevirá, levando-o a um estado de “ser no não ser, uma vida nas sombras, que permanece à margem da verdadeira vida”¹⁸.

Efetivamente, Deus criou o homem com determinados dons chamados preternaturais, que aperfeiçoavam a natureza, embora não fossem estritamente exigidos por ela. Entre esses dons estava a imortalidade corporal que deveria ser transmitida a todo gênero humano. Mas estes e outros dons manter-se-iam na condição de o homem obedecer a Deus: “*Não comas o da árvore da ciência do bem e do mal*” (Gn 2,16-17)¹⁹.

Aqui se vê que a imortalidade corporal era um dom dado ao homem. Com a desobediência a Deus, o homem pecou, e com o pecado do homem a morte teve início, pois

¹⁵ É a faculdade de escolher entre uma coisa e outra, entre o bem e o mal. O livre-arbítrio é um bem concedido por Deus. Santo Agostinho afirma que o homem possui o livre-arbítrio (a vontade livre). Essa faculdade é um bem e, sendo assim, só pode ser dado por Deus, pois este é a fonte de todo o bem (cf. AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995, pp. 72-73, L. II, 1, 1). Sobre isso, infere-se ainda que: “Se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira. Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. Há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente” (AGOSTINHO, 1995, p. 74, L. II, 1, 3).

¹⁶ “Seriam quatro os dons *praeter-naturais*: 1) Imortalidade, 2) Integridade (sem desordem da concupiscência); 3) Impassibilidade ou proteção contra todo sofrimento; 4) Conhecimento moral infuso. Essa doutrina depende inteiramente do esquema que tem no meio a queda ou pecado original, um antes e um depois, quando esses dons ficam perdidos. Por outro lado, não haveria pecado se não houvesse conhecimento moral infuso, e os outros dons se perdem com o pecado: a natureza está em condição mortal, desordenada, ferida por sofrimentos e obscurecida moralmente, consequências do pecado original. Esse é um esquema mítico-gnóstico, que precisa ser reinterpretado” (SUSIN, 2018, p. 96).

¹⁷ cf. SUSIN, 2018, p. 97.

¹⁸ RATZINGER, 2020, p. 178.

¹⁹ SÁNCHEZ, Justo Luís R.; MOLINERO, Jorge. **O Além: Iniciação à Escatologia**. Lisboa: Diel, 2006, p. 127.

ele “preferiu a si mesmo a Deus, e com isso menosprezou a Deus: optou por si mesmo contra Deus” (CEC, n. 398)²⁰. Desse modo, a morte entra como consequência do pecado, pois a desobediência do homem a Deus levou-o à própria queda. E, nesse aspecto, o Catecismo da Igreja Católica apresenta um ponto fundamental sobre a morte, a saber: “Embora o homem possuísse uma natureza mortal, Deus destinava-o a não morrer. Portanto, a morte foi contrária aos desígnios de Deus Criador e entrou no mundo como consequência do pecado” (CEC, n. 1010). Por esse motivo, a não aceitação à vontade divina fez com que o homem se sucumbisse.

Uma vez existente, a morte passou determinadamente a todos, pois “como por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, assim a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5,12). Desse modo, como afirma São Paulo, a morte é “o salário do pecado” (Rm 6,23), e, nesse viés, nos clarifica o Concílio Vaticano II que desta morte temporal “estaria livre o homem se não tivesse pecado” (GS 18). Uma vez pecado, o homem está condenado a morrer. Só Cristo, o Verbo Encarnado de Deus, calcará a morte sob seus pés, fazendo-se “pecado” (cf. 2Cor 5,21) pela humanidade e devolvendo-a a liberdade que perdera. É só sendo amigo de Cristo que se vencerá a morte, pois Nele todos vivem, e o “último inimigo a ser destruído será a morte” (1Cor 15, 26), para que o homem viva plenamente. Nesse sentido, será somente no mistério da morte e ressurreição de Cristo, que tudo se tornará de novo completamente bom, “segundo o desígnio originário de Deus. Sobretudo o homem, filho pródigo que dissipou no pecado o bem precioso da liberdade, readquire a sua dignidade perdida”²¹.

1.3 O sofrimento que antecede a morte

Tendo visto a relação da morte com o pecado e antes de adentrarmos, propriamente ao tema da morte, em sua dimensão escatológica, é preciso perpassar por um tema que, quase sempre, previsto por natureza, a antecede: o sofrimento. De fato, o sofrimento está dentro dos problemas mais graves da vida humana (cf. CEC, n. 1500), e se tratando da doença, “o homem experimenta sua impotência, seus limites e sua finitude. Toda doença pode fazer-nos entrever a morte” (CEC, n. 1500). De igual maneira, “a morte abre evidentemente um

²⁰ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (*Catechismus Ecclesiae Catholicae* - CEC). Edição típica vaticana. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

²¹ PAULO II, Papa João. *Homilia do papa João Paulo II na vigília pascal, em 11 de abril de 1998*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/johnpaulii/pt/homilies/1998/documents/hf_jpii_hom_11041998_vigil.html. Acessado em 11 de novembro de 2024.

panorama de sofrimento e angústia, que impede toda alegria perfeita”²². Contudo, “o sofrimento parece pertencer à transcendência do homem; é um daqueles pontos em que o homem está, em certo sentido, ‘destinado’ a superar-se a si mesmo; e é chamado de modo misterioso a fazê-lo” (SD, n. 2)²³. Assim sendo, de variadas formas, o homem naturalmente é inclinado a fugir do sofrimento e de tudo aquilo que lhe causa dor. No entanto, de uma forma ou de outra, “o sofrimento parece ser, e é mesmo, quase *inseparável da existência terrena do homem*” (SD, n. 3).

A partir dessa compreensão, a ideia secular altamente difundida é que a dor que gera o sofrimento precisa ser sanada a todo custo. É claro que a dor pode e deve ser reduzida por todo e quaisquer meios que deprimem a saúde, mas “a vontade de eliminá-la por completo seria idêntica ao desprezo pelo amor e, assim, à anulação do próprio ser humano”²⁴. Entrementes, esquece-se que a dor física, advinda sem culpa própria, acaba por se tornar um meio de se unir aos sofrimentos de Jesus e não deixa de ser uma oportunidade de completar na carne o que faltou aos sofrimentos de Cristo (cf. Cl 1,24). Não obstante a isso, sofrer carrega em si uma marca de preparação para a morte e isso acaba por ser a melhor resposta dada por Deus ao homem na Cruz de Jesus Cristo (cf. SD, n. 13).

Acerca disso, o sofrimento entra como prelúdio da morte. Se se morre sem sofrimento, quer por acontecimento trágico quer por morte súbita, não se prova o tempo de discernimento das memórias passadas, nem tampouco se volta para aquilo que é essencial: buscar a Deus e reconciliar-se com o outro, seu semelhante. Razão disso é que “não raro, a doença provoca uma busca de Deus, um retorno a ele” (CEC, n. 1501). E aqui reside o problema, conforme reflete o cardeal Ratzinger, que não mais se adere ao sofrimento natural da morte como oportunidade de unir-se mais proximamente a Deus, mas esquiva-se dele e troca-o por uma morte rápida. Voltando o olhar para isso, Ratzinger frisa uma inquietação a partir daquilo que é rezado, a saber, uma breve jaculatória da ladainha:

A ladainha de todos os santos expressa a disposição do fiel cristão diante da morte, na seguinte prece: *A subitanea morte, libera nos, Domine* – “Livra-nos, Senhor, da morte precoce e inesperada”. O arrebatamento súbito, sem que esteja preparado, munido para enfrentá-lo, aparece como perigo do homem, do qual ele quer ser salvo. Seu desejo é o de trilhar com plena consciência o último trecho do caminho; ele quer morrer por si mesmo. Se hoje resolvêssemos formular uma ladainha dos não fiéis, sem dúvida a prece diria o inverso: “Senhor, dá-nos uma morte repentina e

²² GOMES, Cirilo Folch. **Riquezas da mensagem cristã**. Rio de Janeiro: Edições “*Lumen Christi*”, 1981, p. 631.

²³ PAULO II, João. Carta Apostólica *Salvifici Doloris* (SD) (Sobre o sentido cristão do sofrimento humano). São Paulo: Paulinas, 1988.

²⁴ RATZINGER, 2020, p. 127.

inesperada”. A morte deve chegar repentinamente, sem dar tempo para pensar e nem sofrer²⁵.

Como visto, a crítica do autor, subsistente na contemporaneidade, reside no fato de que é preferível uma morte súbita, sem tempo para pensar e muito menos para sofrer. Morrer sem prévia preparação, quer por meio de dores físicas quer por uma saúde instável, tem se tornado o paradigma do coletivo pensamento do mundo hodierno. E isso inevitavelmente desemboca naquilo que tem sido um mal na promoção e dignidade da vida: a eutanásia²⁶. Incute-se cada vez mais nas pessoas que é preciso morrer sem dor e sem quaisquer prerrogativas de sofrimento. Nesse aspecto, “a importância que se confere à questão da eutanásia baseia-se no fato de que é preciso anular a morte como fenômeno que foge ao meu controle, substituindo-a pela morte técnica, a qual eu mesmo não necessito morrer”²⁷. Trata-se de uma falácia, pois não há como anular a morte sendo que ela é um fenômeno real, mas um fenômeno dentro do ciclo natural da vida, sem necessidade de antecipá-la (eutanásia) e sem prolongá-la (distanásia²⁸) indevidamente. Se assim o faz, a doença e a morte são rebaixadas ao plano do tecnicamente factível, e o mesmo ocorre com o homem, sendo tratado como objeto²⁹.

Ademais, visto por muitos como castigo de Deus, o sofrimento é entendido como um mal recaído sobre o ser humano. Mas, na realidade, o sofrimento pelo qual o homem passa não é castigo de Deus e nem tampouco isso é quisto por ele, pelo contrário, “o sofrimento em nome de Deus e em favor de outrem pode ser a maneira suprema de tornar Deus presente e pôr-se a serviço da vida”³⁰. Efetivamente, sofrer não se alude que Deus está longe ou afastou-se, nada disso, Deus aí se faz presente, se faz próximo e compadece-se com o pecador enfermo que a ele se une no sofrimento, porque “a morte e a rejeição na doença não são simplesmente purgação de pecados, mas podem representar justamente o caminho para a

²⁵ RATZINGER, 2020, p. 95.

²⁶ Por eutanásia se entende “a eliminação indolor ou por piedade de quem sofre ou presume-se estar sofrendo e possa sofrer no futuro de modo insuportável” (SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética: Fundamentos e ética biomédica**. Tradução de Orlando Soares Moreira. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 698). De igual modo, “entende-se por eutanásia uma ação ou uma omissão que, por sua natureza, ou nas intenções, busca a morte, com o objetivo de eliminar toda dor” (SGRECCIA, 2014, p. 698).

²⁷ RATZINGER, 2020, p. 95.

²⁸ Entende-se por distanásia o prolongamento exagerado da morte de um paciente, através de meios artificiais e desproporcionais. Deve-se colocar em relance a “constatação da morte” sob a luz de alguns critérios, evitando a “sustentação de um morto” em aparelhos, a saber: cessação de todo sinal de vida de relação do paciente; ausência de respiração espontânea; atonia muscular e falta de reflexos; queda da pressão arterial a partir do momento em que não foi mais sustentada farmacologicamente; e, por fim, ausência do traçado eletroencefalográfico. Com tudo isso se detecta morte encefálica total, isto é, morte encefálica da pessoa (cf. SGRECCIA, 2014, p. 719).

²⁹ cf. RATZINGER, 2020, p. 95.

³⁰ RATZINGER, 2020, p. 110.

reconciliação com Deus”³¹, e isso é possível “na medida em que aquele que sofre abre aos outros a porta que leva à vida e, na condição de padecente, converte-se em seu Salvador”³².

Nesse viés, “a enfermidade se torna caminho de conversão e o perdão de Deus dá início à cura” (CEC, n. 1502), quer seja no corpo, quer seja na alma³³. Por essa razão, “o sofrimento humano constitui em si próprio como que um ‘*mundo*’ específico, que existe juntamente com o homem, que surge nele e passa, ou então que às vezes não passa, mas se consolida e aprofunda nele”³⁴. Portanto, morrer sem o caractere do sofrimento é morrer sem a oportunidade, por vezes, de ser próximo dos seus semelhantes e sem a união devida a Deus, sendo partícipe das dores pelas quais Cristo passou.

1.4 O mistério da morte que circunda o homem

Posto de frente ao sofrimento, tendo que encarar a morte, o homem se vê diante dum mistério. A morte é um mistério que o circunda. Em relação a isso, a Palavra de Deus torna-se refrigério e consolo, conforme se lê no salmo 73: “Vossos desígnios me conduzirão, e, por fim, na glória me acolhereis. Afora vós, o que há para mim no céu? Se vos possuo nada mais me atrai na terra. Meu coração e minha carne podem já desfalecer, a rocha de meu coração e minha herança eterna é Deus” (v. 24-26). Esses versos revelam a entrega do salmista nas mãos de seu Criador. É magnânimo de ver que o salmista reconhece uma morada no céu, onde Deus acolherá todos aqueles que por ele se deixaram ser atraídos. Isso não se trata simplesmente de uma mera poesia, nem tampouco duma fábula ou narração mitológica, mas duma profunda experiência com Deus.

É a partir dessa experiência com Deus e em Deus que o ser humano vive uma plena comunhão, porque Deus é comunhão, e esta comunhão está para além da matéria e das coisas que passam. Está para além do sofrimento e da morte. Deveras, “a comunhão com Deus é mais forte até mesmo que a destruição do corpo”³⁵. Refere-se, na verdade, a quê? Que “o vazio está preenchido por uma comunhão com Deus que rompe com toda terrenalidade”³⁶. Nada será capaz de separar de Deus aqueles que se unem a Ele: nem vida, nem morte, medo, perseguição, nudez, fome ou perigo (cf. Rm 8, 38-39). Quem experimenta Deus, alimenta-se de eternidade. E nada é capaz de os separarem.

³¹ RATZINGER, 2020, p. 110.

³² RATZINGER, 2020, p. 110.

³³ Mais à frente deter-se-á nessa composição unitária na qual o homem subsiste: corpo e alma.

³⁴ PAULO II, João. 1988, n 8.

³⁵ RATZINGER, 2020, p. 113.

³⁶ KRAUS, Hans-Joachim. **Psalmes 1-59**. Fortress Press, 2013, p. 520.

Essa experiência com Deus, essa comunicação com o eterno, é tão real como a morte e tão presente como a vida. Noutros termos, a experiência concreta do orante “é propriamente real”³⁷. Essa comunicação acaba até por ser mais real que a morte, porque se trata de uma certeza experimentada na carne e não apenas de uma teoria da imortalidade da alma³⁸. Por isso, o comunicar-se com Deus, o voltar-se para Ele, inquieta o coração do homem a perceber-se que sua vida é muito mais que um sofrimento. Seu ser não se findará com a morte, pois logicamente deve-se pensar: Se Deus que me criou é eterno, e as coisas criadas, no tempo, participam de sua eternidade, logo, numa outra realidade, não esta terrena, seremos coeternizados em Deus. Dito ainda numa outra forma: “O olhar a Deus, o estar-com-Ele, é aqui reconhecido como o lugar em que o homem pode superar o sheol, o qual está sempre presente em sua vida, ameaçando devorá-lo”³⁹. Mas quem em Deus permanece, obterá a vida, porque Deus é o Senhor dos mortos e dos vivos (cf. Rm 14,9), sendo que “ninguém de nós vive e ninguém morre para si mesmo, porque se vivemos é para o Senhor que vivemos, e se morremos é para o Senhor que morremos. Portanto, quer vivamos quer morramos, pertencemos ao Senhor” (Rm 14,7-8).

Dito isso, ainda assim, a morte continua sendo um tremendo mistério para o homem e é, objetivamente, sua única certeza. Dizia Santo Agostinho: “Só a morte é certa; os demais bens e males nossos são incertos”⁴⁰. De igual modo, “é incerto se o recém-nascido será rico ou pobre, se terá boa ou má saúde, se morrerá moço ou velho. Tudo isso é incerto, mas é indubitavelmente certo que deve morrer”⁴¹. Na realidade, ávido de que em algum momento da vida vai morrer, o homem tenta se desvencilhar da morte, pois a morte “aparece como perigo do homem, do qual ele quer ser salvo”⁴², mas, ora ou outra, chegará o momento em que ele precisará abraçá-la.

Nesse aspecto, Ratzinger pontua que a pretensão do homem era a de ter pleno controle sobre a própria morte, ao ponto de ele mesmo poder produzi-la ou fazê-la desaparecer quando não a quisesse mais⁴³. Aqui se observa que o pano de fundo da questão reside no fato de que é “preciso anular a morte como fenômeno que foge ao meu controle, substituindo-a pela morte técnica, a qual eu mesmo não necessito morrer”⁴⁴. Em decorrência disso, há que se refletir que “a desumanização da morte provoca necessariamente a

³⁷ RATZINGER, 2020, p. 113.

³⁸ cf. RATZINGER, 2020, p. 113.

³⁹ RATZINGER, 2020, p. 114.

⁴⁰ LIGÓRIO, 2022, p. 40.

⁴¹ LIGÓRIO, 2022, p. 40.

⁴² RATZINGER, 2020, p. 94.

⁴³ cf. RATZINGER, 2020, p. 95.

⁴⁴ RATZINGER, 2020, p. 95.

desumanização da vida”⁴⁵. Se se olha a morte humana com descaso, não será diferente quanto ao que se diz respeito à vida. Não olhar a morte como ponte ou intermediária da vida (uma só vida em estados diferentes, uma terrestre e outra eterna⁴⁶) se se perde o verdadeiro sentido do porquê fomos criados e por que existimos, caindo num existencialismo⁴⁷ radical.

Desse modo, não se pode desviar o foco, a atenção racional de sempre pensar que “na postura diante da morte está incluída a postura diante da vida: a morte se torna a chave para a questão de o que é, na verdade, o homem”⁴⁸. Assim como a morte, o homem também é mistério. Refletir a dimensão da morte é apenas um dos muitos mistérios que circundam a vida do ser humano. Em todo caso, voltando ao tema em questão, é de se analisar que em quaisquer culturas que o homem possa estar presente, a modo coletivo, é inconcebível pensar numa não vida após a morte. Nesse caso, “essa visão, comum a todas as culturas primitivas, segundo a qual apenas a vida terrena é vida, e a morte é o ser no não ser, não conseguiu impor-se como definitiva em nenhuma parte, ao longo da história”⁴⁹, isso pelo fato de que o ser humano carrega em si uma fagulha de perenidade.

Por essa razão, é interessante se atentar ao dado cultural e histórico das pessoas, porque é aí que se percebe que há intrínseco no ser humano uma sede, um desejo de vida e de vida que possa perdurar para sempre. Causa disso é que “em nenhum lugar a morte é entendida como morte total em sentido estrito. A representação de algum tipo de continuidade da existência está sempre presente; o puro nada não é pensável de maneira alguma”⁵⁰; por mais que alguém fale: “morreu, acabou”, ele mesmo se dará conta que o que ele disse não é uma verdade que se diz respeito a si mesmo, pois em si há uma centelha, por menor que seja, que o induz a acreditar que sua vida não se encerra definitivamente com a morte. Há intrínseca nele uma esperança de que a vida parece continuar, mesmo depois da morte, por mais que esta ainda seja tão incompreendida e misteriosa.

1.5 A ruptura causada pela morte

Como anteriormente mencionado, a morte é um fenômeno presente na vida do homem, que por mais respostas que ele busque, ainda sim continua sendo mistério. E nesse

⁴⁵ RATZINGER, 2020, p. 95.

⁴⁶ Tema que será apresentado adiante.

⁴⁷ É uma doutrina filosófica centrada na análise da existência e do modo como seres humanos têm existência no mundo. “O Existencialismo afirma que o homem está ‘lançado no mundo’, ou seja, entregue ao determinismo do mundo, que pode tornar vãs ou impossíveis as suas iniciativas” (ABBAGNANO, 1998, p. 402).

⁴⁸ RATZINGER, 2020, p. 96.

⁴⁹ RATZINGER, 2020, p. 100.

⁵⁰ RATZINGER, 2020, p. 100.

mesmo âmbito, quão difícil é entender, com o dado da morte, a separação da alma com o corpo. Essa visão, a grosso modo, dualista de corpo e alma é provinda do pensamento grego, diferente da visão cristã que entende o ser-pessoa-humana como unidual, isto é, uma unidade composta de corpo e alma, sem preexistência ou subsistência de uma em relação à outra. Antes, porém, de enveredar no pensamento cristão sobre essa realidade composta, é válido apresentar o modelo antropológico dualista⁵¹, exposto pelo filósofo Platão. E quem muito soube, em linhas gerais, explicar isso, foi Ratzinger, o qual afirma.

A concepção grega da morte, representada principalmente por Platão, é idealista e dualista. A matéria é, aqui, considerada como má em si mesma; apenas o espírito, a ideia, é considerado como o positivo, como a realidade semelhante a Deus, a realidade verdadeira. Nessa concepção, o homem é o curioso produto em que as duas realidades contrapostas – matéria e espírito – estão entrelaçadas. O homem é, portanto, um ser contraditório, fatal: uma vez que o espírito, a chama do divino, está encerrado na prisão do corpo, o caminho do sábio consiste em tratar o corpo como o sepulcro do espírito e, nessa relação antagônica com o corpo, preparar-se para a imortalidade. A morte seria, então, o grande momento em que as portas da prisão se abrem e a alma prisioneira sai para a liberdade e imortalidade que correspondem à sua natureza. A morte aparece, pois, como a verdadeira amiga do homem, que o libera do agrilhoamento antinatural à matéria⁵².

Esse pensamento platônico incute a ideia de que o corpo é mau e desprezível, visto como prisão, barreira e agrilhoamento da alma. Corpo e alma são entendidos como duas substâncias opostas. E nesta oposição estariam presentes a ideia de bem (alma) e mal (corpo). Um em detrimento do outro. Nega-se o “plano terreno e conduz o homem a uma fuga no além”⁵³. E, entre um e outro, se localiza a morte, a qual é vista, em si mesma, como “amiga do homem”, que o liberta e o tira das amarras que o prendem. Por isso, o homem deve procurá-la, não temê-la, pois é através dela que ele se libertará do cárcere no qual está encerrado: o seu próprio corpo.

Em contrapartida a isso, o pensamento cristão vê o homem como obra exímia de Deus, o qual fora criado como sendo um composto substancial, isto é, possui alma e corpo, mas enquanto unidade e não enquanto duas substâncias. Nesse viés, deve-se levar em

⁵¹ A origem deste pensamento tem haver com a religião pagã do século VII a.C., a assim chamada “Religião Órfica da Trácia”, na Grécia antiga. Tal concepção considera “o corpo como instrumento da alma”. Assim se afirma: “Todo instrumento pode receber apreço pela função que exerce, sendo por isso elogiado ou exaltado, ou então pode ser criticado por não corresponder a seu objetivo ou por implicar limites e condições. Essas duas possibilidades se alternaram na história da filosofia, que nos mostra tanto a condenação total do corpo como túmulo ou prisão da alma, segundo a doutrina dos órficos e de Platão” (ABBAGNANO, 1998, p. 211). Realmente há “no platonismo um dualismo antropológico, que identifica o humano com o espiritual e considera o corpo como revestimento acidental e indesejável do espírito, como seu cárcere ou sepultura (*soma = sema*)”. (DICIONÁRIO TEOLÓGICO: O Deus Cristão. Dirigido por Xabier Pikaza e Nereo Silanes. Tradução de I.F.L. Ferreira, Honório Dalbosco e equipe. São Paulo: Paulus, 1988, p.232).

⁵² RATZINGER, 2020, p. 97.

⁵³ RATZINGER, 2020, p. 102.

consideração ainda que “tudo o que Deus fez é bom; portanto, o corpo foi criado pela bondade intrínseca e não como uma consequência ou castigo do pecado”⁵⁴. Desse modo, a alma não poderia ser precipitada no corpo como numa prisão, mas “ela se une ao corpo por amor, como uma força que o ordena e o conserva e que o anima e o move de dentro”⁵⁵. Só dessa forma, deveras, ela deve ser entendida, porque não se trata duma realidade alheia à matéria, mas unida à ela.

Dito isso, é importante ressaltar, em plano de análise ontológica, “que a morte significa realmente uma divisão no ser humano, separando violentamente suas dimensões constitutivas, a carne e o espírito”⁵⁶. Isto posto, a morte se apresenta com um caráter penoso de ruptura, de uma descontinuidade na passagem para a verdadeira vida, demarcando aos homens a preferência em “não ser despojados, mas revestidos” (2Cor 5,4)⁵⁷, isto é, despojar-se do corpo e revestir-se na alma da glória eterna após a morte.

Nesse aspecto, é válido frisar a explicação de alma e corpo: A alma é espiritual do composto humano, pois é incorpórea, inextensa, capaz de apreender as noções vivenciadas, além de ser imortal; e o corpo, por sua vez, é a parte material, e, enquanto matéria, ocupa lugar no espaço, sofre a ação do tempo, modifica-se⁵⁸. Isso tudo é posto para nível de explicação sobre a realidade de cada coisa, mas é sempre importante ressaltar que o ser humano é uma única substância indivisível, ou seja, não se divide como realidades substanciais separadas, mas se unifica daquilo que essencialmente é formado: em alma e em corpo (composto substancial).

Destarte, o homem, dotado de suas capacidades intelectuais e racionais, se aperceberá que não foi criado, amado e quisto por Outro para acabar simplesmente no nada. A morte corpórea, em sentido concreto do termo, decomporá a matéria em pó, puro pó. E isso parece nivelar o homem às demais criaturas. Mas isso não é verdade por dois fatores: O primeiro: a morte do homem separa o corpo (matéria) da alma (espírito). Isso é acentuado pelo Catecismo da Igreja Católica que diz: “Nesta ‘partida’, que é a morte, a alma é separada do corpo. Ela será reunida a seu corpo no dia da ressurreição dos mortos” (CEC, n. 1005). Razão disso é que sem o “animamento” do corpo não há vida, da mesma forma que não existe

⁵⁴ GILSON, Étienne. Introdução ao estudo de Santo Agostinho. Tradução de: AYOUB, Cristiane Negreiros Abbud. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010, p. 111.

⁵⁵ GILSON, 2010, p. 111.

⁵⁶ GOMES, 1981, p. 631.

⁵⁷ cf. GOMES, 1981, p. 631.

⁵⁸ cf. GILSON, 2010.

*pessoa*⁵⁹ se não há *corpore et anima unus*⁶⁰. Em todo caso, deve ficar evidente que “não pode existir homem algum sem corpo e alma”⁶¹. O homem só é homem, enquanto constituído desse composto substancial⁶². Nesse mesmo sentido, afirma Gilson que “o homem é composto de uma alma e de um corpo, que significa que, sem um ou sem outro desses dois elementos, ele não seria um homem”⁶³.

Noutras palavras, evidencia-se que “na morte, que é a separação da alma e do corpo, o corpo do homem cai na corrupção, ao passo que sua alma vai ao encontro de Deus, ficando à espera de ser novamente unida a seu corpo glorificado” (CEC, n. 997). Em vista disso, um corpo morto, sem vida, não é um nada, mas o corpo de uma pessoa. A pessoa não se faz presente ali, em sua totalidade, mas o corpo, mesmo morto, é capaz de evidenciar a identidade de alguém: ele o foi de uma pessoa. Então por mais que *pessoa* não esteja nem só no corpo e nem só na alma separados, mas na união de ambos, não se pode afirmar que o corpo humano sem vida é apenas um pó que se destinará a um nada, mas uma obra provinda das mãos de Deus, que assim o criou e viu que era bom (cf. Gn 1,31).

O segundo fator é que o corpo humano carrega em si uma sacralidade, pois foi criado à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26). E, ainda, “o corpo do homem participa da dignidade da ‘imagem de Deus’: ele é corpo humano precisamente porque é animado pela alma espiritual, e é a pessoa humana inteira que está destinada a tornar-se, no Corpo de Cristo, o Templo do Espírito Santo”⁶⁴. O corpo humano participa do Ser de Deus e é morada do Espírito Santo. Dessa forma, quando o corpo se decompõe é fato que vira pó, mas não se trata de qualquer pó, mas de um pó nobre. Um pó que foi, quando unido à alma, abençoado, ungido e consagrado a Deus: “Reconheço-me por aquilo que sou, uma criatura frágil, feita de terra e destinada à terra, mas também feita à imagem de Deus e destinada a Ele. Pó, sim, mas amado, plasmado pelo seu amor, animado pelo seu sopro vital, capaz de reconhecer a sua voz e responder”⁶⁵. Não é à toa, nesse aspecto, que a obra de misericórdia em sepultar os mortos tem um sentido profundamente ligado à ressurreição, pois os corpos dos homens, feitos à

⁵⁹ Mesmo sendo ela subsistente, a alma só tem sua natureza completa, é um homem, uma pessoa, um “eu”, mediante sua união com o corpo (cf. AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. v. II, q. 75, a. 4. São Paulo: Loyola, 2004 – nota explicativa g, p. 363)

⁶⁰ Unidade de alma e corpo (cf. CEC, n. 362).

⁶¹ AGOSTINHO, Santo. **A vida feliz**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1998, II, 7.

⁶² cf. GILSON, 2010.

⁶³ GILSON, 2010, p. 96.

⁶⁴ BENTO XVI, Papa. *Homilia da Quarta-feira de Cinzas*. Basílica de Santa Sabina, quarta-feira de Cinzas, 17 de fevereiro de 2010.

⁶⁵ BENTO XVI, Papa. *Homilia da Quarta-feira de Cinzas*, 2010.

semelhança do seu Criador, são também partícipes do Corpo do Senhor Jesus que permaneceu no sepulcro por três dias.

Por essa razão, o homem não é qualquer pó, ainda mais pelo fato de que o corpo do ser humano é templo do Espírito Santo (cf. 1Cor 6,19-20). Por mais que o corpo se desmorone em cinzas, ele haverá de ser reerguido e glorificado (cf. 1Cor 43-44). Em vista disso, o corpo humano sem vida carrega em si mesmo uma sacralidade, pois, na ressurreição do último dia, será unido à alma novamente e, em Cristo, tudo será plenificado. Em sentido estrito do termo, será uma pessoa novamente, agora com corpo e alma glorificados⁶⁶.

1.6 O cuidado que se deve aos mortos

Com a evidência da morte, que causa ruptura, emerge um questionamento: o que deve ser feito com o corpo sem vida? Esse, de fato, é um elemento importante que não pode ser esquecido: o cuidado devido aos mortos. Como apresentado anteriormente, a morte de uma pessoa é diferente da dos animais, pois o homem, dotado de alma espiritual, carrega em si uma sacralidade, sendo que fora plasmado à imagem e semelhança de seu Criador (cf. Gn 1,27). O ser humano, realidade composta de corpo e alma, foi criado essencialmente por amor e, no amor, poder viver livre e louvar a Deus. Noutros termos,

o homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dele, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador. Não pode, portanto, desprezar a vida corporal; deve, pelo contrário, considerar o seu corpo como bom e digno de respeito, pois foi criado por Deus e há de ressuscitar no último dia (GS 14).

Por isso, cuidar desse corpo, que é bom e digno de respeito, mesmo morto, é também amar. Na realidade, “esse cuidado tem como fonte o sentimento comum e natural de todos os homens, do amor pelo próprio corpo. Amor que leva a honrar os corpos sem vida de nossos semelhantes”⁶⁷. Quanto a isto, “os corpos dos defuntos devem ser tratados com respeito e caridade, na fé e na esperança da ressurreição” (CEC, n. 2300). Isso serve para entender o porquê de o corpo do defunto ser “asperso com água benta, iluminado com luzes e tratado com o máximo respeito”⁶⁸. Esses sinais nada mais significam senão para acentuar “que o

⁶⁶ Essa temática será melhor desenvolvida no terceiro capítulo.

⁶⁷ AGOSTINHO, Santo. **A verdadeira religião: O cuidado devido aos mortos**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002, p. 104.

⁶⁸ BOROBIO, Dionisio. **A celebração na Igreja II – Sacramentos**. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 618.

corpo é algo sagrado”⁶⁹, uma vez que “é todo o homem, alma e corpo formando uma unidade vital, que é objeto da salvação”⁷⁰.

Ademais, infere-se ainda que “o enterro dos mortos é uma obra de misericórdia corporal que honra os filhos de Deus, templos do Espírito Santo” (CEC, n. 2300). E oferecer digna sepultura a alguém que morre é reconhecer esse valor de templo do Espírito que o corpo é. Quem assim age, agrada a Deus pela obra que realiza e se configura no exemplo de José de Arimateia, que ofereceu digna sepultura ao corpo de Jesus (cf. Jo 19,38), e também a Nicodemos, que enrolou em lençóis e ungiu com perfumes o corpo de Jesus, antes de sepultá-lo (cf. Jo 19,39-40).

Por esse motivo, o corpo daquele que morre, nesse sentido sagrado, é digno de ser velado, abençoado e preservado num lugar de descanso, próprio para o repouso, até ao dia em que novamente se despertará na ressurreição do último dia (cf. Jo 11,24). A respeito desse cuidado ao corpo humano sem vida, recorda-nos Santo Agostinho:

O corpo não é apenas ornamento do homem, adjutório exterior, mas é parte de sua natureza humana. Esta a causa dos derradeiros deveres de piedade solenemente prestados aos justos dos velhos tempos, a pompa de suas exéquias, os cuidados com sua sepultura e as ordens que eles mesmos, durante a vida, confiavam aos filhos, para o sepultamento ou a transladação de seus restos mortais (Gn 25,9;35,29;47,30;50,2.13). O cuidado para com os mortos, segundo o testemunho do anjo, atrai sobre Tobias as bênçãos de Deus (Tb 2,9;12,12). O próprio nosso Senhor, que ressuscitará ao terceiro dia, divulga a boa ação da santa mulher que lhe unge os membros com precioso perfume, como para sepultá-lo por antecipação (Mt 26,10-13). E o Evangelho lembra com louvores aqueles que, à descida da cruz, lhe recebem piedosamente o corpo, o cobrem com sudário e o depositam no sepulcro (Jo 19,38-42)⁷¹.

Nessas palavras de Santo Agostinho não faltam elementos que mostram com quão dignidade deve ser tratado um defunto. As próprias passagens das Sagradas Escrituras revelam isso, pois oferecer sepultura a quem morre atrai para si as bênçãos de Deus (cf. Tb 12,12), bem como reside em si, mesmo que uma centelha, de esperança na ressurreição da carne, só pelo fato do exercício de tão caridosa obra, pois é Deus quem recompensa aqueles que o temem e é “ele quem castiga e tem piedade; faz descer à mansão dos mortos e subir da grande perdição” (Tb 13,2).

Nesse sentido, a Igreja “oferece ao Pai, em Cristo, o filho de sua graça e, na esperança, deposita na terra o germe do corpo que ressuscitará na glória” (CEC, n. 1683). Por mais que, por vezes, a sombra da dúvida ameace essa esperança, uma pequena fresta de luz é

⁶⁹ BOROBIÓ, 1993, p. 618.

⁷⁰ BOROBIÓ, 1993, p. 618.

⁷¹ AGOSTINHO, 2002, p. 103.

o suficiente para iluminar a razão de que quando se honra um morto é porque a vida, ainda assim, parece superar a morte, e esta, por mais incompreensível que seja, não é capaz de dar interrupção à continuidade da vida.

Essa continuidade da vida, que, em verdade, não é vida, mas uma estranha mistura de ser e nada (Nichtigkeit), faz-se possível mediante os ritos da assistência aos mortos, mas também provoca temor: o morto e, com ele, o nada poderiam invadir o domínio da vida; assim, os ritos funerários são, ao mesmo tempo, ritos de proteção, que mantêm os mortos em seu mundo⁷².

Nota-se, aqui, que Ratzinger diz sobre esse cuidado aos mortos destacando os ritos funerários, através dos quais se possibilita o consolo aos que ficam e a proteção, a paz e o descanso aos que se foram. Os ritos fúnebres são um “adeus” – encomendação a Deus – daquele que jaz sem o sopro da vida. O adeus é a “última saudação dirigida pela comunidade cristã que saúda um de seus membros, antes que o corpo dele seja levado à sepultura” (CEC, n. 1690). Por isso, “o culto aos antepassados e a fé na sobrevivência dos mortos, em suas diversas configurações, coexistem com a humanidade como tal; é pela estrada dos sepulcros que nosso caminho conduz ao passado”⁷³. De fato, esquecer-se dos que nos antecederam na morte é desvalorizar as memórias da vida. E aqui pode-se ainda dizer da memória em nós daqueles que já partiram para a outra vida, ou seja, que já morreram; levando em conta de que os mortos se fazem presentes em nossas lembranças. O próprio termo memória tornou-se a designação comum para se referir a eles. Com efeito,

se dão o nome de *memoriae* ou *monumento* aos sepulcros construídos vistosamente, é na verdade, para que tragam à memória aqueles que, devido à morte, foram subtraídos aos olhos dos vivos. Advertem assim as pessoas a se lembrarem deles, para não acontecer que, tendo sido retirado dos olhos dos vivos, não o sejam também do coração pelo esquecimento⁷⁴.

Deveras, a recordação piedosa é sinal também de amor e zelo pelo outro até mesmo depois da morte. O recordar de quem não se encontra mais presente fisicamente é uma maneira de amá-lo. Recordar é lembrar quando se torna viva a lembrança da qual se recorda. Nesse caso, a “recordação é o que indica bem claramente o próprio termo memória. E *monumentum* quer dizer o que adverte à mente (*moneat mentem*), isto é, o que a faz recordar”⁷⁵. E não há melhor recordação por aqueles que morreram do que a oração. Certamente, “nossa oração por eles pode não somente ajudá-los, mas também tornar eficaz

⁷² RATZINGER, 2020, p. 100.

⁷³ RATZINGER, 2020, p. 100.

⁷⁴ AGOSTINHO, 2002, p. 104.

⁷⁵ AGOSTINHO, 2002, p. 104.

sua intercessão por nós” (CEC, n. 958). Nesse aspecto, “a Igreja terrestre, desde os primeiros tempos da religião cristã, venerou com grande piedade a memória dos defuntos para que sejam perdoados de seus pecados” (cf. 2Mc 12,46).

À vista disso, o vivente com “afeição amorosa lembra-se e reza”⁷⁶ pelos que morreram, recomendando-lhes a Deus. Por isso é preciso a confiança em Deus através da oração, pois “não se pode duvidar de que essas súplicas, feitas pelos fiéis pelos defuntos que lhes são caros, serão úteis a estes, só no caso de eles terem merecido, durante a vida, beneficiar-se depois da morte”⁷⁷. Causa disso ainda é que “a Igreja, por meio das exéquias, reza pelo defunto e dá ensinamentos aos vivos, mas principalmente ‘celebra’ o fato da morte”⁷⁸, não pela morte em si, mas vendo-a enquanto acontecimento de salvação, ligado à morte e ressurreição do Senhor⁷⁹.

Além do mais, não cabe saber a quem reza se este ou aquele fora atendido pela oração que foi feita, ciente de que ela nunca será vã, pois é o Espírito de Deus quem tudo sabe e sonda os corações (cf. Rm 8, 26-27) e dará a cada um o que tiver merecido (cf. Jó 34,11). Em todo caso, “não hesitemos em socorrer os que partiram e em oferecer nossas orações por eles” (CEC, n. 1032), pois “a oração fervorosa do justo tem grande poder” (Tg 5,16), e não há melhor forma de zelo e cuidado por quem morreu como lembrar-se dele na oração. Ela é capaz de consolar a tristeza da perda de quem está vivo, levando-o à conversão; bem como de purificar dos pecados aquele que morreu, encomendando-lhe à graça divina da salvação⁸⁰.

Perpassado por esses argumentos, cabe agora uma investigação mais estrita sobre o estado em que se encontra a alma após esse desligamento do corpo com o dado da morte. Nesta perspectiva, trabalhar-se-á no próximo capítulo a “situação intermediária” em que se encontra a alma entre a morte e a ressurreição, expondo sobre a realidade dos *novíssimos*: juízo particular, céu, purgatório e inferno. Isso nos permitirá analisar, quer por Ratzinger, quer por outros autores, o modo e o porquê crer nessas realidades escatológicas.

⁷⁶ AGOSTINHO, 2002, p. 102.

⁷⁷ AGOSTINHO, 2002, p. 102.

⁷⁸ BOROBIO, 1993, p. 617.

⁷⁹ BOROBIO, 1993, p. 617.

⁸⁰ cf. BOROBIO, 1993, p. 619.

2 A “SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA” ENTRE MORTE E RESSURREIÇÃO

*“Eu sei que o meu Redentor está vivo
e que, por último, se levantará sobre o pó;
e depois que tiverem destruído esta minha pele,
na minha carne, verei a Deus.
Eu mesmo o verei, meus olhos o contemplarão!”.
Jó 19,25-27*

Tendo visto a realidade da morte e suas nuances enquanto fato, sofrimento, mistério e ruptura, agora, seguindo por esse caminho, delinear-se-á a expor a realidade metafísica após morte, isto é, o estado em que se encontra a alma, sendo que esta, com a morte, se encontra separada do corpo. É claro que quando se diz em separação aqui não é ao modo do pensamento platônico de dualismo, como explicitado anteriormente, mas num sentido pedagógico de dizer que o corpo sem *anima*, sem o sopro vital, é morto. E essa alma, que fora criada, mas não morre, isto é, imortal, residirá num estado espiritual até ao dia em que será unida ao seu corpo novamente, pois ela clama por esse acontecimento. Isso será abordado no último capítulo, quando trataremos da ressurreição dos mortos.

Neste âmbito, destacam-se os grandes tratados sobre a temática da escatologia. Dentre estes, ganham visibilidade *Riquezas da Mensagem Cristã*⁸¹, de Cirilo Folch Gomes, e *Escatologia: Morte e vida eterna*⁸², de Joseph Ratzinger. Tais obras apresentam uma clarividência da realidade existencial pós-morte do homem, que não se encerra no nada, mas em Deus por quem e para quem ele e todas as coisas existem. Nesse contexto, esse capítulo apresentará o estado em que se encontra a alma após sua separação do corpo, e para isso delimitar-se-á a abordar quatro realidades, a saber: o juízo particular, o céu, o purgatório e o inferno. Tais realidades metafísicas só poderão ser completamente entendidas à luz da fé e da revelação, conforme enfatizam os autores.

2.1 O estado da alma após a morte corpórea

No capítulo anterior foi apresentado que a morte é uma realidade factível da qual nenhum ser vivente é isentado, pois tudo o que é vivo, ora ou outra morre. E como a morte,

⁸¹ É um tratado esboçado por D. Cirilo Folch Gomes O.S.B, datado de 1974, como primeira edição publicada. O livro é de iniciação teológica e aborda diversos temas da sistemática e da Revelação, dentre os quais se encontra o tema da escatologia.

⁸² É uma renomada obra de Joseph Ratzinger, datada de 1976, como primeira edição publicada. Nesta, o autor abre um leque dialógico, mas sem perder o caráter dogmático, sobre temas escatológicos, exigindo de si uma abertura, um aprofundamento, uma purificação e esclarecimento de novas questões que, em nosso contexto, emergem.

cristãmente pensada, não é o fim, mas uma passagem duma dimensão terrena para uma dimensão espiritual, então se faz necessário retomar a conceituação sobre a alma. É claro, como já visto, ela é só pensada unida ao corpo, pois o ser humano é essa unidade corpo e alma, mas a nível de abordagem temática é pedagógico separá-los, e sendo que foi tratado com ênfase sobre o corpo no capítulo passado, agora é esperado que se trate da alma.

Nessa perspectiva, o cardeal Ratzinger expõe sua linha de pensamento delineando de que “é preciso voltar a afirmar uma realidade própria da pessoa apartada do corpo, e isso é justamente o que queria dizer o conceito de alma”⁸³, isto é, não enquanto subsistente por si, como defende a doutrina platônica, mas como realidade “incompleta”, à espera da união com o corpo com o qual ela fora criada. Isso tudo para dizer que o ser-pessoa continuará vivendo, duma outra forma existencial, pois é abruptamente incabível pensar que o homem será aniquilado, destruído e reduzido ao nada pela morte, pois “como criatura por sua própria essência, o homem está criado numa relação que implica a indestrutibilidade”⁸⁴. Esse caráter relacional, essa capacidade de relacionar-se com Deus, essa abertura da existência não representa um acréscimo a um ser que existiria independentemente disso, mas constitui o mais profundo da essência humana: essa abertura é precisamente aquilo que chamamos “alma”⁸⁵.

Nesse ponto de vista, é melhor compreensível entender a alma como “forma” do corpo, como bem nos apresentou Santo Tomás de Aquino, mas melhor se define alma, metafísica e filosoficamente, sem contradições com a doutrina da criação e da fé no sheol, como “‘forma’, mas aquilo que é ‘forma’ do corpo é, no entanto, espírito, transforma o homem em pessoa e, assim, abre-o para a imortalidade”⁸⁶. Ou seja, a “forma” do homem, que é sua alma, é imortal, pois se trata de uma alma espiritual, e, nesse modo de pensar, ‘alma’ significa o princípio espiritual no homem, isto mostra que é “graças à alma espiritual que o corpo constituído de matéria é um corpo humano e vivo; o espírito e a matéria no homem não são duas naturezas unidas, mas a união deles forma uma única natureza” (CEC, n. 365).

A partir dessa ótica, a alma não perece na separação do corpo na morte, sendo que aquela se unirá novamente a este na ressurreição final, uma vez que o que se semeia na corruptibilidade, ressurgirá na incorruptibilidade (cf. 1Cor 15,42-44). De igual maneira, a situação intermédia entre a morte e o juízo “será concluída ou aperfeiçoada depois da ressurreição da carne: a alma unir-se-á ao corpo ressuscitado e glorioso”⁸⁷. Nisso, propaga-se

⁸³ RATZINGER, 2020, p. 132.

⁸⁴ RATZINGER, 2020, p. 177.

⁸⁵ RATZINGER, 2020, p. 177.

⁸⁶ RATZINGER, 2020, p. 172.

⁸⁷ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 208.

que cada alma espiritual é direta e exclusivamente criada por Deus e é imortal. Não se trata de que fora ‘produzida’ pelos pais, sendo, de certo modo, que há uma peculiar originalidade na participação do homem e da mulher⁸⁸, mas a alma é criada por Deus e infundida na matéria. Essa cooperação do homem e da mulher faz parte do querer divino e é reflexo da “imagem de Deus”⁸⁹.

Ademais, pode-se ainda acentuar que existiram ideias desenvolvidas na Igreja antiga sobre a sobrevivência do homem entre morte e ressurreição, as quais se apoiaram nas tradições judaicas de que o homem subsiste no sheol, mas essas tradições só ganharam sentido com o Novo Testamento, quando na Pessoa de Jesus se finca uma base cristológica para essa realidade⁹⁰. Isso porque Cristo é o *Eskaton* por excelência, em quem e para quem todas as coisas foram criadas, tendo em tudo a primazia; sendo o Princípio e o Primogênito dos mortos. Tudo se direciona a Ele, sendo reconciliados Nele, por Ele e para Ele todos os seres, os da terra e os dos céus (cf. Cl 1, 15-20).

2.1.1 O juízo particular

O primeiro estado em que se encontra a alma após sua separação com o corpo por causa da morte é o juízo particular. Nesse estado, ela vê-se a si mesma, não mais como num espelho e de maneira confusa, mas, agora, conhece-se como se é conhecida (cf. 1Cor 13,12), sendo revelada a si suas obras e sua fé propagadas antes da morte⁹¹. Sobre isso, em sua carta encíclica *Spe Salvi*, Bento XVI nos mostra, dentro do âmbito da vivência cristã, que o tema do juízo “influenciou os cristãos até na sua própria vida quotidiana enquanto critério segundo o qual ordenar a vida presente, enquanto esperança na justiça de Deus” (SS, n. 41)⁹². Essa influência revela como que um “lugar” de revisão do modo de agir de cada pessoa em sua opção por Deus. É aí que cada um se aperceberá que o juízo de Deus não é meramente justiceiro, mas articulado com a misericórdia divina (cf. SS, n. 41).

De igual maneira há uma alusão sobre esse juízo nas palavras de São Paulo, quando ele exorta ao povo a manter-se firme e confiante no Senhor para que quando cada um deixar a morada deste corpo, poder receber de Cristo o que lhe pertence. Assim expressa: “Todos nós teremos de comparecer manifestamente perante o tribunal de Cristo, a fim de que cada um

⁸⁸ cf. SGRECCIA, 2014, p. 395.

⁸⁹ SGRECCIA, 2014, p. 395.

⁹⁰ cf. RATZINGER, 2020, p. 169.

⁹¹ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 141.

⁹² BENTO XVI, Papa. Carta Encíclica *Spe Salvi* (SS) (Sobre a esperança cristã). São Paulo: Paulinas, 2007.

receba a retribuição do que tiver feito durante sua vida no corpo, seja para o bem, seja para o mal” (2Cor 5,10). Nesse quesito também se vê nas palavras do Eclesiástico uma alusão ao juízo particular, quando ressalta que “é fácil para o Senhor, no dia da morte, retribuir a cada um segundo seus atos” (Eclo 11,26), sem deixar cair no esquecimento que “ele é o juiz dos vivos e dos mortos” (At 10, 42).

À vista disso, é importante colocar em relevo que há muitas interpretações teológicas a respeito da natureza do juízo, cabendo a elas o mérito e o demérito do que propriamente apresentam, quer por se tratar de Deus que julgará com justiça (cf. At 17,31), quer por se tratar da alma que a si mesma julga-a, como uma espécie de auto-juízo, conseqüente à própria morte⁹³. Em todo caso, o juízo existe e ele é imediato à morte, ou seja, “o juízo particular se efetua no mesmo instante em que o homem expira”⁹⁴. Nesse aspecto, acrescenta Gomes, que “ao juízo deve corresponder imediata execução, e tudo isso ocorrendo em seguida à morte (evidentemente falamos da morte real e não da clínica), não sobra lugar para doutrinas como a da peregrinação e conversão da alma, ou da reencarnação”⁹⁵. Voltando a ótica para isso, é interessante salientar que o ensinamento sobre o juízo particular faz com que não seja possível abrir brechas para se pensar em conversão da alma após a morte, pois isso seria contrário à revelação, que apresenta o fato de que “os homens devem morrer uma só vez, depois vem o julgamento” (Hb 9,27).

Além do mais, há dois outros episódios bíblicos, dignos de serem ditos, que aludem ao fato do juízo particular. O primeiro se encontra no Evangelho segundo São Lucas, quando dentro do relato da crucificação, aparece a figura de um “bom ladrão” que fora crucificado junto com Jesus. E o evangelista apresenta um diálogo entre os dois. O ladrão, arrependido dos pecados que cometeu, se dirige a Jesus com essas palavras: “Jesus, lembra-te de mim, quando vieres com o teu reino” (Lc 23,42). E Jesus responde-lhe: “Em verdade, eu te digo, hoje estarás comigo no Paraíso” (Lc 23,43). O segundo episódio, também em Lucas, nos descreve a vida de um homem rico e de um pobre, chamado Lázaro, que jazia à porta deste rico. Aquele se vestia com finas roupas e se banqueteara todos os dias; este, por sua vez, passava fome e estava coberto de úlceras. Ambos morrem. Mas “aconteceu que o pobre morreu e foi levado pelos anjos ao seio de Abraão. Morreu também o rico e foi sepultado. Na mansão dos mortos em meio a tormentos, levantou os olhos e viu ao longe Abraão e Lázaro em seu seio” (Lc 16,22-23).

⁹³ cf. GOMES, 1981, p. 641.

⁹⁴ LIGÓRIO, 2022, p. 200.

⁹⁵ GOMES, 1981, p. 642.

Aqui se vê dois relatos duma vida após a morte sob dois aspectos: Um que retrata uma vida eterna junto com Deus (o bom ladrão e o pobre Lázaro) e outro que mostra um tormento que não se findará (o rico avarento). Esses relatos servem de lição para esclarecer que o prêmio eterno é alcançado somente por aquele que é capaz de olhar o seu semelhante necessitado, amá-lo e dispor-se a seu serviço, sendo que “somos chamados a amar a todos, sem exceção”⁹⁶, e “aquele que ama a Deus, ame também o seu irmão” (1Jo 4,21). Destarte, fazendo uma ponte de relação entre o juízo particular com essa passagem bíblica, Santo Agostinho afirma o seguinte:

As almas são julgadas imediatamente depois da sua saída dos corpos, antes de se apresentarem ao outro juízo unidas já aos seus corpos para serem atormentadas ou glorificadas com a mesma carne que tiveram durante a sua vida na terra. É isto o que ignoravas? Quem pode, contra o Evangelho, cegar a sua mente com tanta obstinação que não entenda esta verdade, ou não a veja exposta na passagem daquele pobre que foi levado ao seio de Abraão depois da morte, e daquele rico que é cruelmente atormentado no inferno?⁹⁷

Essas palavras de Santo Agostinho explicam, a partir da passagem supramencionada, que o primeiro juízo se dá instantâneo à morte, depois virá o segundo juízo⁹⁸, quando a alma se unir novamente ao corpo. Uma vez julgada, a alma saberá a situação na qual se encerrará de forma definitiva, e a isso não há como ignorar e tampouco se desvencilhar, sendo que “a parábola do pobre Lázaro e a palavra de cristo na Cruz ao bom ladrão, assim como outros textos do Novo Testamento, falam de um destino último da alma, que pode ser diferente para uns e outros” (CEC, n. 1021); “uns para a vida eterna e outros para o opróbrio, para o horror eterno” (cf. Dn 12,2).

Por essa razão, tendo destacado tanto esse relato do pobre Lázaro quanto o do “Bom Ladrão”, é importante se atentar sobre o “hoje”, ressaltado na fala de Jesus, bem como voltar a atenção para o destino daquele que foi parar nos tormentos na mansão dos mortos por não ter praticado o bem para com seu próximo. Nesse sentido, o “hoje” se trata do agora de Deus, que é eterno, e do anseio dele por querer que o homem seja salvo. Não obstante a essa realidade do “hoje”, encontram-se também as almas que não se salvam. Essas almas pecadoras se enveredam de igual modo por uma realidade imediata e que não muda⁹⁹. Tudo isso para dizer que tanto um quanto outro desses relatos conjecturam que há um juízo prévio,

⁹⁶ FRANCISCO, Papa. Carta encíclica: *Fratelli Tutti* – Sobre a Fraternidade e a Amizade social. São Paulo: Paulinas, 2020, n. 241.

⁹⁷ AGOSTINHO, Santo. *De anima et eius origine, Opera Omnia*, BAC, 18 vols., Madrid, 1946-1967, 2, 4, 8.

⁹⁸ Esse segundo Juízo será tratado no último capítulo: o juízo universal.

⁹⁹ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 141.

dado imediatamente ao morrer, e, com isso, Sánchez e Molinero nos apresentam os seguintes pressupostos:

- Inquestionavelmente *a alma é imortal*, não morre com a morte, ao separar-se do corpo;
- *Existe separada do corpo* entre a morte e a parusia; há uma escatologia intermédia, uma vida depois da morte e antes do corpo ressuscitar; a alma vive e recebe a retribuição imediatamente depois da morte, antes da ressurreição da carne;
- Para a alma receber a retribuição, *antes terão que ser examinadas as suas obras* enquanto estava unida ao corpo, para ver se são merecedoras de prêmio ou não¹⁰⁰.

Portanto, a partir desses pressupostos, pode-se afirmar que a alma imortal de cada pessoa recebe a retribuição eterna logo após a morte, num assim chamado juízo particular, quer para se unir definitivamente a Cristo, quer para se afastar dele para sempre. O fato é que “haverá uma sorte distinta, depois da morte, para os justos e para os pecadores. Além disso, acentua a responsabilidade pessoal de cada pessoa”¹⁰¹. Noutros termos, com o imediato momento da morte, a alma se deparará com a sentença que lhe está preparada a partir do amor que prestou ou não a Deus e ao próximo¹⁰². Tal sentença se equivalerá ao céu, ao purgatório ou ao inferno.

2.1.2 O Céu

Ao delinear um caminho por esses novíssimos, o primeiro sobre o qual será exposto e que ganha destaque por ser o anseio do homem é o céu. Uma vez iniciado na terra, embora de maneira imperfeita e marcado pela temporalidade, o céu se consumará no além, agora de forma perfeita e eterna, não perdendo de vista essa continuidade entre a vida neste mundo e a sua consumação final¹⁰³. Demarcado isso, é válido definir Céu como a nova Jerusalém, a morada de Deus e o lugar do culto a Ele¹⁰⁴, como frisa Ratzinger. De igual maneira, a esse respeito, também afirma Sánchez: “Chama-se céu a perfeita comunhão de vida e de amor com a Santíssima Trindade, com a Virgem Santíssima, os anjos e todos os Bem-aventurados; viver no céu é ‘estar com Cristo’”¹⁰⁵. E é nesse mesmo sentido que Ratzinger acentua que o homem “está no céu quando – e na proporção em que – está em Cristo, com o que ele encontra, no ser

¹⁰⁰ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 138.

¹⁰¹ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 140.

¹⁰² SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 140.

¹⁰³ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 148.

¹⁰⁴ cf. RATZINGER, 2020, p. 256.

¹⁰⁵ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 148.

de Deus, o lugar de seu ser como homem”¹⁰⁶, isto é, se o homem está unido a Cristo e em Cristo entende seu lugar de criatura à imagem daquele que o criou, então ele se encontra no caminho do céu.

Por esse trajeto, entende-se que a pessoa que morre na graça e na amizade com Deus, tendo unido sua própria morte à de Jesus, vê-se num caminhar ao encontro da eternidade feliz, numa entrada na Vida Eterna e numa pura abertura ao semblante de Deus¹⁰⁷. Assim sendo, todo aquele que morre nesse bom estado, tem-se por certo a entrada no Céu e “devido à atemporalidade que reina além da morte, toda morte é um ingressar no novo Céu e na nova Terra, um entrar na parusia e na ressurreição”¹⁰⁸. Desse modo, os que vivem no céu são bem-aventurados (cf. Mt 5,3), pois eles se assemelham a Deus, pois o vêem ‘tal como ele é’ (cf. 1Jo 3,2), e, ainda, face a face (cf. 1Cor 13,12). Dito duma outra forma: são santos de Deus. E, em diálogo com essa realidade, sobressai o que é dito por Bento XII, o qual afirma:

As almas de todos os santos mortos antes da Paixão de Cristo (...) e de todos os outros fiéis mortos depois de receberem o santo Batismo de Cristo, nos quais não houve nada a purificar quando morreram, (...) ou ainda, se houve ou há algo a purificar, quando, depois de sua morte, tiverem acabado de fazê-lo, (...) antes mesmo da ressurreição em seus corpos e do juízo geral, e isto desde a ascensão do Senhor e Salvador Jesus Cristo ao céu, estiverem, estão e estarão no Céu, no Reino dos Céus e no paraíso celeste com Cristo, admitidos na sociedade dos santos anjos. Desde a paixão e a morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, viram e vêem a essência divina com uma visão intuitiva e até face a face, sem a mediação de nenhuma criatura (Dz 1000)¹⁰⁹.

Esse excerto ratifica com tudo aquilo que fora dito anteriormente, duma vida de perfeita participação com Deus, com a Virgem Maria, com os anjos e todos os bem-aventurados. A isso é denominado “o Céu”. Nesse sentido, é válido dizer que a participação do homem no Céu não o iguala a Deus e nem o faz compreendê-lo em sua totalidade, pois o homem ainda continua sendo criatura; claro que, de algum modo, pode-se dizer de uma “divinização” do homem, mas tão somente por participação e não por essência¹¹⁰. Isso porque “ele não se torna Deus, nem o ‘compreende’”¹¹¹. Deus é encontrado todo, mas não totalmente, ficando sempre o Mestre e Senhor, de quem o homem aprende e recebe”¹¹², ou seja, Deus

¹⁰⁶ RATZINGER, 2020, p. 256.

¹⁰⁷ cf. RATZINGER, 2020, p. 257.

¹⁰⁸ RATZINGER, 2020, p. 132.

¹⁰⁹ DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. Traduzido por José Marino e Johan Konings. São Paulo: Paulinas, Edições Loyola, 2007.

¹¹⁰ cf. GOMES, 1981, 652.

¹¹¹ GOMES, 1981, 652.

¹¹² GOMES, 1981, 652.

continua sendo Deus e o homem continua sendo homem, agora em existência eterna e em comunhão, como bem acentua Gomes:

A condição celeste é, pois, essencialmente uma nova forma de existir, é a vida eterna. Eterna, não só porque sem fim, mas porque participação da Vida divina. O céu é antes de tudo “um estado”, embora deva ser dito também “lugar” – ao menos depois da ressurreição da carne¹¹³.

Ainda, nesse quesito da participação no Céu, é extremamente salutar o que é dito por Ratzinger, quando ele afirma que “o ‘céu’ significa participação nessa forma de existência de Cristo e assim, por sua vez, o acabamento daquilo que começa com o Batismo”¹¹⁴. Com isso, o autor deixa claro que o Céu é participação na vida de Cristo que começa na terra através dos sacramentos, nesse caso, o Batismo. Não se trata em dizer que a realidade do céu se dá início somente com a morte, mas antes mesmo, especialmente ao modo sacramental. E, por essa razão, o Céu também se inicia na vida terrena. O problema levantado por Ratzinger é que o céu não pode ser entendido somente numa dimensão transcendental, fora da realidade terrestre, nem tampouco ser encerrado na dimensão mundo¹¹⁵, mas na conciliação de ambos. Por isso,

o céu significa, antes, aquele poder sobre o mundo que caracteriza o novo “espaço” do corpo de Cristo, a *communio*¹¹⁶ dos santos. O céu se encontra “em cima”, mas não espacialmente, e sim essencialmente. (...). As imagens permanecem verdadeiras quando expressam a superioridade, a liberdade em relação às imposições do mundo, e o poder do amor, relacionado com o mundo¹¹⁷.

Nesse trecho, dois elementos ganham destaque. O primeiro é sobre a comunhão dos santos. A comunhão celeste, segundo Ratzinger, não é para compreender o Céu estritamente sob a ótica dum caractere de lugar, ao modo geográfico, mas de “espaço” enquanto comunhão no corpo de Cristo¹¹⁸, pois “o Céu só terá alcançado sua plenitude final quando todos os membros do corpo do Senhor estiverem reunidos”¹¹⁹. Essa reunião é a comunhão dos que estão no Céu com os que habitam na terra. E isso corrobora com o que foi afirmado no Concílio Vaticano II e nos documentos pós-conciliares:

¹¹³ GOMES, 1981, 652.

¹¹⁴ RATZINGER, 2020, p. 258.

¹¹⁵ cf. RATZINGER, 2020, p. 259.

¹¹⁶ A comunhão.

¹¹⁷ RATZINGER, 2020, p. 259.

¹¹⁸ cf. RATZINGER, 2020, 258.

¹¹⁹ RATZINGER, 2020, 259.

Todos os que são de Cristo, tendo o seu espírito, formam uma só Igreja e nele estão unidos entre si (cf. Ef 4,16). Por isso, a união dos que estão na terra com os irmãos que adormeceram na paz de Cristo, de maneira nenhuma se interrompe; pelo contrário, segundo a fé constante da Igreja, reforça-se pela comunicação dos bens espirituais. Em virtude da sua união mais íntima com Cristo, os bem-aventurados confirmam mais solidamente toda a Igreja na santidade, enobrecem o culto que ela presta a Deus na terra e de muitas formas contribuem para que ela se edifique em maior amplitude (cf. 1Cor 12,12-27). Porque foram já recebidos na Pátria e estão na presença do Senhor (cf. 2Cor 5,8) (LG, n. 49)¹²⁰.

O segundo elemento está na verdade da imagem de céu. Esse elemento, segundo o autor, é deturpado por uma linguagem figurada equívoca, pois se entende o céu como o andar mais elevado em relação ao mundo¹²¹. E, nesse sentido, Ratzinger apresenta uma crítica às falsas imagens que se utilizam para dizer sobre a realidade celeste, a começar pela dissonância que se fazem entre céu e mundo, entendidos, no secularismo mundano¹²², como coisas totalmente opostas. Na realidade, toda imagem sobre o céu se torna falsa quando ocorre uma separação total entre céu e mundo¹²³. O Céu é eterno e o mundo passageiro, mas se esquece de que se chega àquele a partir deste, e ambos foram quistos por Deus para manifestação de sua glória. Desse modo, “a anunciação de um novo céu e de uma nova Terra, deixou claro que a criação inteira está destinada a tornar-se o recipiente da Glória Divina”¹²⁴, e não ver um em detrimento de outro, pois toda realidade criada faz parte da bem-aventurança, e também “o mundo, criatura de Deus, é um fragmento ‘acidental’ da alegria definitiva dos que se salvam”¹²⁵.

Por fim, nosso teólogo conclui sobre esse assunto ressaltando que a salvação do indivíduo só será total e plena quando estiver concretizada a salvação do Universo, bem como a de todos os eleitos¹²⁶. Só assim a criação inteira será um “cântico”, em que uns com os outros cantarão a melodia da vida nova no Cristo, sendo um único “Céu” com o Cristo único¹²⁷. Uma vez que viver no céu nada mais é senão “viver no Cristo”, e se começa a viver no Cristo é estando no mundo, até que chegue o tempo em que “Ele será tudo em todos” (cf.

¹²⁰ CONCÍLIO VATICANO II. (*Lumen Gentium* – LG). Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Organização geral Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

¹²¹ cf. RATZINGER, 2020, p. 259.

¹²² “A secularização implica uma leitura profunda do seu envolvimento-limite, e a tarefa eclesial, hoje, não é a de uma recuperação nostálgica da fé, mas do que seja a sua relevância no mundo do massacre mediático, do hedonismo descartável e da “civilização do medo”. O que marca a angústia do papa é exatamente essa distância entre o nominalismo cristão das instituições européias e a ausência flagrante de sua prática ou, nos Estados Unidos, o crescente perigo de um fundamentalismo cristão a serviço das novas cruzadas do criacionismo sumário, a que já trouxe a sua crítica” (MENDES, Candido. **Bento XVI no Brasil: Secularização e Relevância da Igreja**. Rio de Janeiro: Educam, 2007, p. 38).

¹²³ cf. RATZINGER, 2020, p. 259.

¹²⁴ RATZINGER, 2020, p. 259.

¹²⁵ RATZINGER, 2020, p. 259.

¹²⁶ cf. RATZINGER, 2020, p. 260.

¹²⁷ cf. RATZINGER, 2020, p. 260.

Cl 3,11) e “estaremos para sempre com o Senhor” (1Ts 4,17). Por isso, é de se enfatizar com relutância que é na glória do Céu que “os bem-aventurados continuam a cumprir com alegria a vontade de Deus em relação aos outros homens e à criação inteira. Já reinam com Cristo; com Ele ‘reinarão pelos séculos dos séculos’” (Ap 22,5).

2.1.3 O purgatório

Após ter visto o estado da alma na realidade celeste, isto é, no Céu, agora, seguindo por esse percurso, abordaremos sobre o purgatório. Esse, dentre os novíssimos, acaba por ser o mais questionado e ao mesmo tempo o que mais desperta curiosidades, quer por se tratar dos que o rejeitam a todo custo, quer por dizer respeito aos que se apegam por demais a ele, na esperança de entrar no Paraíso através do “fogo purificador”¹²⁸. Isso por não reconhecer digno de entrar no céu, sem antes haver essa purificação da alma. Em todo caso, é de grande valia averiguar o que diz as Sagradas Escrituras sobre isso. Um trecho bíblico que pode ser tomado, muito estudado por diversos autores, é o de 1Coríntios 3,10-15, no qual Paulo descreve com elementos de arquitetura a obra construída por cada pessoa, sendo que cada um precisa ter como fundamento a Pessoa de Jesus Cristo. Para tal obra construída, o apóstolo utiliza da figura do fogo, que queima a obra, mas que garante a salvação do operário construtor. Segue-se, portanto, o relato:

Segundo a graça que Deus me deu, como bom arquiteto, lancei o fundamento; outro constrói por cima. Mas cada um veja como constrói. Quanto ao fundamento, ninguém pode pôr outro diverso do que foi posto: Jesus Cristo. Se alguém sobre esse fundamento constrói com ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno ou palha, a obra de cada um será posta em evidência. O dia a tornará conhecida, pois ele se manifestará pelo fogo e o fogo provará o que vale a obra de cada um. Se a obra construída sobre o fundamento subsistir, o operário receberá uma recompensa. Ele mesmo, entretanto, será salvo, mas como que através do fogo (1Cor 3,10-15).

Nesse relato, observam-se elementos importantes que se remetem ao purgatório, a saber: A obra de cada um que é posta em evidência. O fogo que provará a validade de cada obra. O operário que receberá sua recompensa. E, por fim, a salvação do operário através do fogo. A partir desses elementos, Sánchez e Molinero comentam essa passagem, atribuindo-a ao estado da alma que está no purgatório¹²⁹. Para eles, o apóstolo Paulo quer falar de pessoas justas que edificaram sua construção sobre o fundamento que é Cristo. Tais pessoas teriam

¹²⁸ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, pp. 229-230.

¹²⁹ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 222.

utilizado materiais mais ou menos nobres, mas sem rejeitarem o Senhor. E, chegado o dia do juízo, cada um se manifestará diante das obras que realizou: Tanto o bom quanto o mau¹³⁰. Nesse sentido, “se a obra subsiste, haverá recompensa; se não, o seu autor ‘sofrerá a perda’, mas salvar-se-á ‘como que através do fogo’”¹³¹. É claro, acentuam ainda estes autores, que Paulo não estaria falando propriamente dum fogo do purgatório em seu sentido estrito, sendo que não havia ainda uma doutrina concisa sobre este estado em que se encontra a alma, mas aqui já se observam elementos capazes de exprimir a possibilidade da purificação da alma após a morte¹³².

Além da exposição desses autores a respeito desse trecho de 1Cor 3,10-15, o cardeal Ratzinger também o comenta. E a novidade deste autor reside no fato de que ele não parte primariamente duma interpretação direta do texto bíblico, mas a partir dos comentários dos Santos Padres da Igreja. Na verdade, são nos Santos Padres da Igreja que Ratzinger encontra a base na qual se apoia para dizer que tal passagem se remete ao purgatório¹³³. Assim sendo, afirma ele:

Ao tratarmos dos Padres da Igreja, nos deparamos com 1Cor 3,10-15. Ali é dito que, sobre o fundamento que está posto – Jesus Cristo –, uns edificam com ouro, prata ou com pedras preciosas, enquanto outros o fazem com madeira, feno ou palha. Mas o que cada um construir será trazido à luz, no dia do Senhor: “o dia o declarará, porque pelo fogo será descoberta; e o fogo provará qual seja a obra de cada um. Se a obra que alguém edificou nessa parte permanecer, esse receberá galardão. Se pegar fogo, arcará com os danos. Ele será salvo, porém, passando de alguma maneira através do fogo” (1Cor 3,13,15)¹³⁴.

Ao expor essa explicação, à luz dos Padres da Igreja, Ratzinger toma por expoente São João Crisóstomo, o qual defendera que entre a morte e a ressurreição, vale para todos a situação intermediária, o assim chamado *hades*. Nisso, os santos estariam a interceder por seus irmãos na terra, ao passo que são invocados; os vivos, por sua vez, obteriam “descanso e refrigério” para as almas através da Eucaristia, da oração e esmolas¹³⁵. Esse descanso e refrigério, contudo, segundo a visão Patrística¹³⁶, estaria associado à purificação pelo fogo¹³⁷.

¹³⁰ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 222.

¹³¹ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 222.

¹³² cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 223.

¹³³ cf. RATZINGER, 2020, p. 253.

¹³⁴ RATZINGER, 2020, pp. 250-251.

¹³⁵ cf. RATZINGER, 2020, pp. 250.

¹³⁶ A Patrística é entendida dentro duma vertente filosófica e teológica que ocorreu no período de transição entre a Antiguidade e a Idade Média. O nome “Patrística” se refere aos primeiros Padres da Igreja Católica, que desenvolveram uma filosofia que se aproximava do pensamento cristão. Noutros termos, “Indica-se com este nome a filosofia cristã dos primeiros séculos. Consiste na elaboração doutrinal das crenças religiosas do cristianismo e na sua defesa contra os ataques dos pagãos e contra as heresias. A Patrística caracteriza-se pela indistinção entre religião e filosofia. Para os padres da Igreja, a religião cristã é a expressão íntegra e definitiva

E, nesse aspecto, é instigador o que é enfatizado por Ratzinger ao dizer que o purgatório “adquire seu exato sentido cristão quando é entendido cristologicamente, e se explica que o Senhor é o fogo julgador, que transforma o homem, fazendo-o conforme a seu corpo glorificado (cf. Rm 8,29)”¹³⁸. Nisso vê-se que é só em Cristo que o homem é reconciliado e se perfaz ao estado de perfeição através da Graça que emana do próprio Senhor¹³⁹.

Interessante ainda analisar que Ratzinger, ou melhor, Bento XVI, já no pontificado, apresenta essa mesma realidade do processo de purificação “através do fogo” (1Cor 3,15), em sua Carta Encíclica *Spe Salvi*. Nesta, ele aborda o parecer, a partir do estudo de alguns teólogos, que “o fogo que simultaneamente queima e salva é o próprio Cristo, o Juiz e Salvador” (SS, n. 47). Nessa perspectiva, o Sumo Pontífice analisa o purgatório sob a ótica cristocêntrica, ou seja, o estado de purificação é o momento no qual se amadurece na fé e se coloca Cristo no centro, pois é com Ele que os crentes têm um encontro através do qual são purificados da “imundície” (cf. SS, n. 47). O Papa salienta que a transformação deste encontro “escapa à cronometragem terrena: é tempo do coração, tempo da ‘passagem’ à comunhão com Deus no Corpo de Cristo” (SS, n. 48), não perdendo de vista que “o Juízo de Deus é esperança quer porque é justiça, quer porque é graça” (SS, n. 48).

Com esse enfoque, Betiato apresenta uma riquíssima passagem sobre o tema do purgatório, já presente no Antigo Testamento, que é 2Macabeus 12,39-46, na qual é descrito que Judas Macabeus oferece um sacrifício pela expiação dos pecados dos homens que se sucumbiram na guerra e estavam usando objetos consagrados aos ídolos. Ao observarem isso, todos “puseram-se em oração para pedir que o pecado cometido fosse completamente perdoado” (2Mc 12,42). Com esse dado escriturístico, salienta Betiato que para participar da felicidade com Deus é preciso estar totalmente purificado, pois em Deus não há espaço para o mal. O purgatório, segundo ele, é a capacitação para Deus, pois junto a Deus não pode habitar resquícios da maldade, por menores que sejam, porque Ele é a Suma Bondade e o Bem eterno¹⁴⁰.

Ademais, existem outras passagens da Sagrada Escritura que aludem ao purgatório. Gomes, por exemplo, apresenta a passagem de Mateus 12,32, na qual Jesus diz: “Aquele que falar contra o Espírito Santo não será perdoado nem neste século nem no futuro”. Isso

da verdade que a filosofia grega atingira imperfeita e parcialmente. Com efeito, a Razão (*logos*) que se fez carne em Cristo e se revelou plenamente aos homens na sua palavra é a mesma que inspirara os filósofos pagãos, que procuraram traduzi-la em suas especulações” (ABBAGNANO, 1998, p. 746).

¹³⁷ cf. RATZINGER, 2020, pp. 250.

¹³⁸ RATZINGER, 2020, p. 251.

¹³⁹ cf. RATZINGER, 2020, p. 253.

¹⁴⁰ cf. BETIATO, Mário Antônio. **Escatologia cristã**: entre ameaças e esperança. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 63.

demonstra, segundo a análise deste autor, que certos pecados, assim se supõe, serão perdoados após a morte¹⁴¹. Outro autor, Pseudo-Jerônimo, segundo comentário de Santo Tomás de Aquino, mostra a passagem do Evangelho de Marcos 9,49, na qual está escrito: “todos serão salgados no fogo”. A isso, ele faz inferência de que a vítima do Senhor é o gênero humano, o qual é salgado pela sabedoria; enquanto ocorre a corrupção do sangue, tal vítima será examinada pelo fogo do purgatório¹⁴². Em todo caso, o problema da purificação na dimensão espiritual é existente e inquieta o coração do homem. Por isso, tendo averiguado dados escriturísticos e dados da Tradição da Igreja, Sánchez e Molinero aponta o seguinte conceito ao purgatório:

Entende-se o Purgatório como uma purificação ultra-terrena (depois da morte), um estado transitório, diferente dos dois estados definitivos (céu e inferno), que completa a chamada escatologia intermédia, isto é, todas as situações em que se pode encontrar a alma depois da morte e antes da Ressurreição da carne: Céu, Inferno ou Purgatório¹⁴³.

Essa concepção de purificação depois da morte, apontada por estes autores, concebem o purgatório¹⁴⁴ mais como um estado em que vivem algumas almas do que propriamente como um lugar¹⁴⁵, bem como enfatizam ser um estado transitório, isto é, passagem, para dizer dum “movimento” pelo qual sofre a alma ao invés de tempo. Nesse “movimento”, as almas sofreriam as chamas para purificação dos pecados e se restabeleceriam ao estado de pureza para a entrada no gozo eterno¹⁴⁶.

Observa-se, nesse aspecto, que esse pensamento está em consonância com as palavras de Ratzinger quando este afirma sobre a categoria de “momento” que transforma e purifica a alma. Assim descreve: “O ‘momento’ transformador desse encontro não pode ser medido sob os parâmetros do tempo terreno. Não se trata de um momento eterno, mas de uma passagem”¹⁴⁷. Essa passagem seria como uma espécie de “medida temporal”¹⁴⁸, mas não

¹⁴¹ cf. GOMES, 1981, p. 645.

¹⁴² AQUINO, Santo Tomás. **Catena Aurea**. Exposição contínua sobre os evangelhos. v. 2, Evangelho de São Marcos. São Paulo: Editora Ecclesiae, 2019, p. 178.

¹⁴³ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 225.

¹⁴⁴ A existência do purgatório é atestada pela Tradição e pelo Magistério e descrita pelo Catecismo da Igreja Católica como verdade de fé: “Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não de todo purificados, embora seguros da sua eterna salvação, sofrem depois da morte uma purificação, a fim de obterem a santidade necessária para entrar na alegria do céu” (CEC, n. 1030).

¹⁴⁵ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 225.

¹⁴⁶ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, pp. 225-226.

¹⁴⁷ RATZINGER, 2020, p. 252.

¹⁴⁸ Ao se referir a essa “medida temporal” na “situação intermediária” da alma, Ratzinger se apropria do termo latino “*aevum*” que, por vezes, pode ser traduzido por “tempo eterno” ou “tempo sem fim”. No entanto, o emprego desse termo, dentro do contexto da obra de Ratzinger, se refere a um tipo de “tempo” que é intermediário entre o tempo finito da criação e a eternidade de Deus, ou seja, por mais que as almas já tenham

propriamente tempo ao modo como pensamos, senão como um encontro em que nos vemos nas profundezas abissais da existência, numa assim chamada transição em que somos queimados e transformados pelo fogo purificador¹⁴⁹. Sobre isso, continua ele:

Trata-se, antes, do processo internamente necessário de transformação do homem, através do qual ele se torna capaz de Cristo, capaz de Deus e, portanto, capaz da unidade com toda a *communio sanctorum*¹⁵⁰. (...) O homem recebe misericórdia, mas ele tem de ser transformado. O encontro com o Senhor é essa transformação, o fogo que o queima até fazer dele essa figura imaculada, que pode se converter em recipiente de eterna alegria¹⁵¹.

Assim sendo, o purgatório é um estado por meio do qual o homem passa por uma transformação capaz de fazê-lo digno de Cristo e partícipe de seu Reino junto com todos os santos. Essa transformação é a guinada de que a alma precisa para gozar da visão do Senhor, e a figura do fogo entra aqui como um sofrimento ou mesmo como uma penitência que dispõe a transformar aquele que foi agraciado com o perdão de Deus¹⁵². Nesse aspecto, “a dor do amor torna-se a nossa salvação e a nossa alegria” (SS, n. 47). De igual maneira, “a metáfora do ‘fogo’ pode designar aqui simplesmente esse afervoramento do amor, esse desejo, esse sofrimento da dilatação do encontro com Deus”¹⁵³, sendo que é a partir desse encontro que a alma deixa-se tocar pela voz do Senhor que a chama para participar da sua alegria (cf. Mt 25,21), pois sua palavra é como fogo (cf. Jr 23,29) que aquece, purifica e transforma, e que liberta de todas as impurezas (cf. Ez 36,29).

No tocante a isso, uma coisa é salutar para a purificação e libertação das impurezas: a oração. Como já pontuado anteriormente, principalmente a partir da passagem de 2Mc 12,38-45, a oração pelos falecidos tem grande poder de intercessão. A oração pelos defuntos, em suas mais variadas formas, constitui, a priori, um dos dados primitivos da tradição judaico-cristã¹⁵⁴. Nesse sentido, rezar pelos que nos precederam na morte é ação nobre e oferecer sacrifícios para expiação de seus pecados é pensamento de quem se apoia na ressurreição (cf. 2Mc 12, 42-44). Se assim não o fosse, “seria supérfluo e tolo rezar pelos mortos” (2Mc 12,44). À vista disso, em *Sacramentum Caritatis*, Bento XVI lembra a todos a importância de

garantida a salvação elas ainda não estão plenamente unidas a Deus, contanto, ainda, que estando no estado de purificação não há como dizer de uma eternidade no Purgatório, pois ele, em sentido estrito do termo, passa em relação ao céu e ao inferno que nunca passarão (cf. RATZINGER, 2020, pp. 134-135).

¹⁴⁹ cf. RATZINGER, 2020, p. 252.

¹⁵⁰ Comunhão dos santos.

¹⁵¹ RATZINGER, 2020, p. 253.

¹⁵² cf. RATZINGER, 2020, p. 253.

¹⁵³ GOMES, 1981, p. 645.

¹⁵⁴ cf. RATZINGER, 2020, p. 253.

e levar a Deus a oração de sufrágio pelos defuntos para que possam, purificados, chegar à visão beatífica de Deus (SC, n. 32)¹⁵⁵.

Movido por essa realidade, Ratzinger faz questão de enfatizar que essa prática de orar pelos falecidos devia ser a atitude possível capaz de unir as igrejas ocidental e oriental, ancoradas tão e somente na centralidade da fé¹⁵⁶. Assim pontua: “O verdadeiramente fundamental é ser capaz de orar, e ter o dever de orar”¹⁵⁷. A prática da oração junto ao moribundo¹⁵⁸ e, de igual forma, pelos defuntos, se remete primariamente na esperança da ressurreição e entra como meio da crença no além¹⁵⁹. Viver a comunhão da fé, já aqui, é um modo de participar das realidades eternas, pois, de alguma maneira, continuaremos subsistindo numa outra forma após a morte.

E tudo isso corrobora com as palavras da *Spe Salvi* que afirma que as nossas vidas estão em profunda comunhão entre si: entre vivos e mortos (cf. SS, n. 48); elas estão como que concatenadas uma com a outra. Isso para situar que “ninguém vive só. Ninguém peca sozinho. Ninguém se salva sozinho. Continuamente entra na minha existência a vida dos outros: naquilo que penso, digo, faço e realizo” (SS, n. 48). Esse elo de comunhão e relação uns com os outros parte intrinsecamente da própria existência humana. Por isso, “a minha intercessão pelo outro não é de forma alguma uma coisa que lhe é estranha, uma coisa exterior, nem mesmo após a morte” (SS, n. 48). Isso para dizer que mesmo o agradecimento a quem morre, a minha oração por ele pode significar muito para o processo da etapa de sua purificação (cf. SS, n. 48).

Nesse sentido, a intercessão pelas almas que padecem no purgatório deve partir da confiança na misericórdia de Deus que não conhece limites de tempo, lugar e espaço. É preciso, aqui, alimentar a esperança, sendo que “a nossa esperança é sempre essencialmente também esperança para os outros” (SS, n. 48). Portanto, para isso, “não é preciso converter o tempo terreno no tempo de Deus: na comunhão das almas fica superado o simples tempo terreno. Nunca é tarde demais para tocar o coração do outro, nem é jamais inútil” (SS, n. 42). Na realidade, não há meio melhor de tocar quem quer que seja senão com a oração: “O que os olhos não viram, os ouvidos não ouviram e o coração do homem não percebeu, é tudo o que Deus preparou para os que o amam” (1Cor 2,9). Isto é a razão pela qual a oração por quem morre tem grande valor: Deus é quem vê e quem sabe de todas as coisas.

¹⁵⁵ BENTO XVI, Papa. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Sacramentum Caritatis* (SC) (Sobre a Eucaristia, fonte e ápice da vida e da missão da Igreja). São Paulo: Paulinas, 2007.

¹⁵⁶ cf. RATZINGER, 2020, p. 255.

¹⁵⁷ RATZINGER, 2020, p. 255.

¹⁵⁸ Ver oração junto ao agonizante em anexos deste trabalho, página 75.

¹⁵⁹ cf. RATZINGER, 2020, p. 255.

2.1.4 O inferno

Tendo apresentado a realidade do purgatório, cabe agora, no itinerário dos novíssimos, expor a questão sobre o inferno¹⁶⁰. Este, desacreditado por muitos ou visto, por ignorância, como realização já aqui na terra antes da morte, não deixa de ser objeto de repulsa e de temeridade para o homem. Na realidade, a própria possibilidade de sua existência é capaz de manifestar no homem uma análise dramática de seriedade de suas opções e mesmo do fim último de sua vida¹⁶¹. Essas opções ou decisões do homem só são possíveis porque ele está inclinado à transcendência e sua perfeição está somente na tendência para Deus¹⁶². Quando, porém, através do pecado, o homem se rebela contra Deus e o renega, ele mesmo se destrói, pois tenta contradizer com sua própria estrutura o que é proveniente de Deus¹⁶³.

Assim sendo, decidir pelo bem – por Deus mesmo e sua vontade – ou pelo mal a praticar desembocam, para o homem, aonde isso o levará de forma definitiva. A resposta do homem a Deus no paraíso¹⁶⁴ foi uma resposta de negação, que o levou à morte e à condenação. Por isso se afirma que a condenação é fruto de uma opção do homem pelas coisas más¹⁶⁵. Se, nesse caso, a opção é livre e consciente pelo caminho do mal, ele mesmo se encaminha por própria e exclusiva responsabilidade para o inferno¹⁶⁶. Nesse aspecto, conforme acentua Gomes,

o inferno é a terrível possibilidade da frustração total, aberta a quem se obstina livremente contra a vontade e a Lei de Deus; a quem – ao fim de sua jornada – escreveu com suas ações uma auto-imagem contestadora do divino Modelo. Em Deus está a felicidade, na recusa de Deus a frustração. E essa pode ser eterna, como imperecível é a substância humana, marcada por suas decisões¹⁶⁷.

Como posto, nada mais revela a consistência, a grandeza ontológica, livre e responsável do ser humano do que o triste dogma do inferno¹⁶⁸. Este, de fato, existe, e é a não aceitação do plano de Deus, bem como da negação deliberada da salvação¹⁶⁹. O dogma sobre

¹⁶⁰ “Do inferno fala o credo de Paulo VI ao tratar de Cristo juiz, que julgará os vivos e os mortos, cada um segundo seus méritos, ‘os que corresponderam ao amor e à misericórdia de Deus, indo para a vida eterna, e os que recusaram até o fim, indo para o fogo que não se extinguirá jamais’” (GOMES, 1981, p. 645).

¹⁶¹ cf. GOMES, 1981, p. 646.

¹⁶² cf. GOMES, 1981, p. 648.

¹⁶³ cf. GOMES, 1981, p. 648.

¹⁶⁴ Tal relato é clarividente conforme a narrativa do livro de Gênesis 3, 1-24.

¹⁶⁵ cf. BETIATO, 2006, p. 56.

¹⁶⁶ cf. GOMES, 1981, p. 646.

¹⁶⁷ GOMES, 1981, p. 646.

¹⁶⁸ cf. GOMES, 1981, p. 646.

¹⁶⁹ cf. BETIATO, 2006, p. 56.

o inferno conserva seu conteúdo real¹⁷⁰, partindo do pressuposto de que o homem mesmo, livremente, quis afastar-se de Deus. Isso porque, o Senhor Deus, bom Pai, “que acolhe em festa o filho pródigo¹⁷¹ no seu retorno à casa, é também Aquele que respeita a vontade de partir para longe, Ele fez o homem livre”¹⁷². Por essa razão, “o homem é respeitado em sua liberdade a ponto de poder dizer um não a Deus”¹⁷³.

É partindo desse “não” que logo nos deparamos com a assim chamada realidade *infernium* – inferno –, “mundo inferior” à presença de Deus. Encontrar-se fora de Deus. E não obstante a isso as Sagradas Escrituras se referem ao inferno em muitas passagens, desde o Antigo ao Novo Testamento. Nessas passagens, figuras e metáforas são usadas para inferir uma frustração irreversível e uma solidão sem volta¹⁷⁴.

Neste aspecto, segundo Gomes, no Antigo Testamento não encontramos, inicialmente, uma revelação tão evidente sobre a dramaticidade da existência humana, mas na época dos profetas e dos salmos ela já se delineia¹⁷⁵. É o caso de dizer, por exemplo, que os justos são salvos por Deus, do “sheol”, ao passo que os maus ali são castigados (cf. Sl 49,15-16). O profeta Isaías, por sua vez, continua o autor, diz ter contemplado, numa visão, os cadáveres dos idólatras, os quais são roídos por vermes e o fogo os abrasa sem consumi-los, insinuando que suas almas sofrem, em misteriosa união com seus corpos¹⁷⁶. E essa visão teria se tornado o símbolo do castigo de todos os maus¹⁷⁷. Ainda, com alusão a isso, precisamente nos dois últimos séculos do Antigo Testamento, há indícios duma crença comum na existência do tormento eterno¹⁷⁸, como o que é apresentado pelo profeta Daniel, o qual afirma que os ímpios ressuscitarão “para o opróbio, para o horror eterno” (12,2). E ainda, no livro da Sabedoria, os que fizeram o mal e não se arrependeram “serão entregues à dor e sua lembrança perecerá” (4,19)¹⁷⁹.

No Novo Testamento, Gomes já apresenta, por primeiro, a figura de João Batista através do qual é anunciada a vinda do Messias. Este trará consigo uma pá na mão: “limpará sua eira e recolherá seu trigo no celeiro; mas, quanto à palha, a queimará num fogo

¹⁷⁰cf. RATZINGER, 2020, p. 240.

¹⁷¹Tal inferência alude ao texto bíblico de Lucas 15,11-32.

¹⁷²GOMES, 1981, p. 646.

¹⁷³ZILLES, Urbano. **Esperança para além da morte**. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: Porto Alegre, 1980, p. 105.

¹⁷⁴GALVÃO, Antônio Mesquita. **O grão de trigo: Reflexões cristãs sobre a vida depois da morte**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2000, p. 197.

¹⁷⁵cf. GOMES, 1981, p. 646.

¹⁷⁶O autor faz referência à passagem bíblica de Isaías 66,24.

¹⁷⁷cf. GOMES, 1981, p. 646.

¹⁷⁸cf. GOMES, 1981, p. 646.

¹⁷⁹cf. GOMES, 1981, p. 646.

inextinguível” (Mt 3,12). Partindo disso, o autor destaca que Jesus, em seus sermões, fala do inferno muitas vezes¹⁸⁰. Nessas falas de Jesus, o inferno é tido como um “lugar” e estado onde se encontram os homens que foram rejeitados por Deus por não aderi-lo: a “geena”, a “geena de fogo”, onde “o verme não morre e o fogo não se extingue” (Mt 5,22-30; Mc 9,42), são “as trevas exteriores, onde haverá choro e ranger de dentes” (Mt 8,12; 13,42). De igual modo, Jesus, duramente, ao profetizar sobre o juízo final, descreve a vinda do Filho do homem acompanhado com todos os seus anjos, então ele mesmo se assentará no trono da sua glória para julgar e ali “serão reunidas em sua presença todas as nações, e ele separará os homens uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos bodes” (Mt 25,31). Aos bodes, isto é, aos maus, ele dirá: “Apartai-vos de mim, malditos, ide para o fogo eterno preparado para o diabo e para os seus anjos” (Mt 25,41).

Observa-se com essas passagens, que a figura do fogo é muito presente. Por isso, questiona Gomes: “Trata-se de ‘fogo’ em sentido metafórico ou real?”¹⁸¹ Ao que ele mesmo responde se utilizando do argumento de alguns Doutores da Igreja, como São João Crisóstomo e Santo Agostinho, que opinaram pelo sentido puramente simbólico¹⁸²: Fogo num sentido figurado de purificação. Mas, sobressai, conforme apresenta o autor, que “a opinião tradicional comum se inclina porém pela interpretação de fogo real, corpóreo, embora apenas analógico ao que conhecemos empiricamente”¹⁸³. Nesse sentido, o fogo agiria ou “exerceria a função de instrumento da justiça divina¹⁸⁴ e assim poderia atingir a alma espiritual, aprisionando-a”¹⁸⁵. E, após a ressurreição, a alma continuaria sofrendo grandes tormentos, agora unida ao corpo do condenado, sem jamais destruí-lo e sem possibilidade de reversão¹⁸⁶.

Em consonância com isso, Betiato atesta que optar pelo inferno é optar por estar fora do Reino¹⁸⁷. É, na realidade, não “vestirmos a camisa de Deus”, a veste nupcial (Mt 22,1-14), ou mesmo por optar em não participar do banquete mesmo sendo convidado (cf. Mt 21,1-4). Prossegue este autor pontuando que o evangelista Mateus apresenta ainda a parábola das dez virgens (Mt 25,1-13), na qual se narra que algumas, as imprudentes, gastaram o óleo com

¹⁸⁰ cf. GOMES, 1981, p. 647.

¹⁸¹ GOMES, 1981, p. 648.

¹⁸² cf. GOMES, 1981, p. 648.

¹⁸³ GOMES, 1981, p. 648.

¹⁸⁴ “Segundo muitos teólogos tomistas, o fogo receberia de Deus a virtude de atormentar os espíritos condenados, impedindo-os de agir onde e como gostariam. Verificar-se-ia uma ação instrumental de ordem física: uma “*alligatio*” pelo fogo (mais ou menos como sucede com a pessoa atacada de perturbação mental devida a intoxicação física)” (GOMES, 1981, p. 648; cfr. *Contra Gentes*, IV, cap. 90).

¹⁸⁵ GOMES, 1981, p. 648.

¹⁸⁶ cf. GOMES, 1981, p. 648.

¹⁸⁷ cf. BETIATO, 2006, p. 57.

qualquer coisa e não tiveram óleo o suficiente para manter a luz acesa quando Deus as chamasse. Por isso, ficaram fora do Banquete por própria culpa¹⁸⁸.

Além disso, evidencia-se um dado importante sobre a imagem do inferno numa observação feita por Sánchez e Molinero no que é escrito pelo evangelista João. Ao dizer que todos ressuscitaremos, como ensina o Senhor: “Todos os que repousam nos sepulcros ouvirão sua voz e sairão; os que tiverem feito o bem, para uma ressurreição de vida; os que tiverem praticado o mal, para uma ressurreição de julgamento” (Jo 5,28-29), o escritor sagrado faz alusão ao texto de Daniel (12,2) do Antigo Testamento, como visto anteriormente, isso para dar ênfase que os que tiverem feito boas obras, irão para a ressurreição da vida, já os que tiverem praticado más ações, para a ressurreição da condenação. Noutros termos, uns para o Céu e outros para o inferno¹⁸⁹. É de se elucidar que esta verdade de fé a respeito do inferno, revelada claramente no Novo Testamento, destacam Sánchez e Molinero, “tem que se aceitar à luz de outra verdade central da nossa fé: o Senhor revelou-nos o Seu desejo de que ‘todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade’” (1 Tm 2,4)¹⁹⁰.

A partir dessa análise bíblica, observa-se que toda seriedade da vigilância que os homens são chamados a viver requer a radicalização exigida de seu serviço a Deus, bem como da sua fuga dos escândalos e pecados¹⁹¹. Nessa ótica, Gomes acentua: “A estreiteza da porta que conduz à Vida tudo isso supõe, segundo Jesus, a possibilidade do inferno como terrível contrapartida”¹⁹². Por esse ângulo, o inferno acaba por ser o mau caminho escolhido pelo homem. Ele quem o prepara para si mesmo. Torna-se ainda como que um “castigo” de Deus por negá-lo na ação do Espírito Santo¹⁹³. O “castigo” não é proveniente de Deus, mas dos pecados do próprio homem que, inevitavelmente o acusa, como “o pecado contra o Espírito Santo” (cf. Mt 12,31), que não alcançará perdão, “nem neste mundo nem no que há de vir” (cf. Mt 12,32). E expondo sobre essa “pena de eterna perdição”, sofrida pelos ímpios, São Paulo não engambela a verdade com palavras frívolas, mas é firme em dizer que estes “estão longe da face do Senhor e da glória de seu poder” (cf. 2 Ts 1,9)¹⁹⁴.

Concernente a isso que fora dito, Ratzinger pontua alguns elementos sobre a questão do inferno. Primeiramente ele apresenta, logo no início de seus argumentos sobre essa

¹⁸⁸ cf. BETIATO, 2006, p. 57.

¹⁸⁹ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 181.

¹⁹⁰ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 181.

¹⁹¹ cf. GOMES, 1981, p. 647.

¹⁹² GOMES, 1981, p. 647.

¹⁹³ cf. GOMES, 1981, p. 647.

¹⁹⁴ cf. GOMES, 1981, p. 647.

temática, que Deus tem absoluto respeito pela liberdade de sua criatura¹⁹⁵. Em sua visão, Deus criou o homem livre. Livre mesmo por optar por Ele ou não, com a possibilidade de recusá-Lo e não aceitá-Lo como Deus e Senhor de todas as coisas¹⁹⁶. Depois, outro elemento, o amor de Deus. Deus que ama o homem e que lhe presenteia o amor para que também o ame. É através desse amor que ocorre uma transformação de toda sua miséria¹⁹⁷. Se o homem, em sua liberdade, não aceita esse amor que o atrai, então se afasta de seu Criador.

Ademais, Ratzinger apresenta uma especificidade do homem, a qual, afirma ele, ser sua vida uma emergência¹⁹⁸. Uma emergência por voltar-se a Deus enquanto ainda há tempo e ser consciente disso. Essa emergência, segundo o autor, precisa ganhar forma palpável na Cruz de Cristo, a partir de duas perspectivas: Deus que sofre e morre¹⁹⁹. Deus supera o mal não conforme uma dialética universal nem tampouco especulativa, mas pregado numa Cruz numa sexta-feira Santa: sofrimento absolutamente real²⁰⁰. E, por conseguinte, sua morte. Sendo que por sua morte, “o próprio Deus entra na liberdade dos pecadores e a vence por meio da liberdade de seu amor, que desce até o abismo”²⁰¹. Nessa descida de Jesus é preciso que o homem, enquanto vive, também desça e adentre essa escuridão por meio de uma fé que sofre, sendo que é através dela que o homem se aproximará da luz do Senhor. Só se adentra na luz da Ressurreição do Senhor, após passar por seu sofrimento e morte. Se se não faz isso em vida, após sua morte o homem incorre em grande possibilidade de sofrer na escuridão que não se extingue, sendo que “a terrível realidade do inferno não é diminuída em nada; ela é tão real, que adentra a própria existência”²⁰². Portanto, frente a isso, conclui Ratzinger dizendo: “A esperança só pode ser mantida quando o homem aceita compartilhar o sofrimento de sua noite ao lado daquele que, com seu sofrimento, veio transformar a noite de todos nós”²⁰³.

Delineada essa visão, Ratzinger propõe agora uma investigação mais profunda da veracidade de fé com o que se dará no homem após sua morte, isto é, sua ressurreição. Mas será se verdadeiramente o homem vai ressuscitar? Nesta perspectiva, trabalhar-se-á no terceiro capítulo as razões pelas quais se embasam o reavivamento dos corpos na ressurreição do último dia. Isto nos permitirá ver, conforme apresentado por Ratzinger, que a ressurreição de Jesus Cristo é o paradigma da nossa ressurreição.

¹⁹⁵ cf. RATZINGER, 2020, p. 238.

¹⁹⁶ cf. RATZINGER, 2020, p. 239.

¹⁹⁷ cf. RATZINGER, 2020, p. 239.

¹⁹⁸ cf. RATZINGER, 2020, p. 239.

¹⁹⁹ cf. RATZINGER, 2020, p. 239.

²⁰⁰ cf. RATZINGER, 2020, p. 239.

²⁰¹ RATZINGER, 2020, p. 239.

²⁰² RATZINGER, 2020, p. 240.

²⁰³ RATZINGER, 2020, p. 240.

3 A RESSURREIÇÃO

*“Quando a morte chegar
e a esperança se transformar em ressurreição
um anjo abrirá um pequeno túmulo branco,
e dele sairá intacta
a criatura que Deus guardou
no fundo de mim mesmo
e o Seu Amor preservou para o Amor”.*
Augusto Frederico Schmidt

Como apresentado no capítulo anterior, a alma do ser humano, separada de seu corpo, é posta diante do juízo particular, através do qual se encerra na sorte para que estado ela se remeterá, se para o Céu ou para o inferno definitivamente. Entre esses dois estados há um outro: o purgatório. Contudo, este entra como estado de purificação para aqueles que já têm a salvação garantida, pois morreram na amizade com Deus, precisam somente da purificação das consequências que seus pecados causaram, mas, de qualquer forma, este estado garante, por certo, o gozo final no Reino celeste, isto é, a entrada no céu. Demarcado esses estados, agora, compete-nos, neste último capítulo, abordar o tema da ressurreição. Tal temática perpassará por dois pontos, a saber: “A ressurreição de Jesus Cristo”, como Primogênito dentre os mortos, e por causa de sua ressurreição, “a nossa ressurreição” em sua Segunda Vinda. Esses dois pontos têm em vista concluir a problemática, tomando por expoente Joseph Ratzinger, de que a nossa vida não acaba com o dado factual da morte física, porque haveremos de ressuscitar em corpo e alma quando o Senhor vier para o julgamento final.

3.1 A ressurreição de Jesus Cristo

É sabido que a ressurreição de Jesus Cristo foi um evento factualmente histórico, assim como o foi seu nascimento, vida e morte. Tal evento demarcou um momento preciso da história, bem como um lugar concreto, uma cultura e um povo²⁰⁴. Todavia, por mais que esses elementos são importantes e foram reais de fato, é preciso olhar para o dado da ressurreição com os olhos da fé, pois, embora real e concreto, se trata de um acontecimento misterioso, sobrenatural, que foge à percepção humana²⁰⁵. Partindo desse viés, observa-se que se trata de “um acontecimento que ocorre no tempo, mas que transcende o tempo, pois a Ressurreição de

²⁰⁴ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 79.

²⁰⁵ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 79.

Jesus não é como a de Lázaro²⁰⁶ – um regresso a esta vida –, é escatológica e gloriosa”²⁰⁷, como nos apresenta um excerto da Escritura: “Cristo, uma vez ressuscitado dentre os mortos, já não morre, a morte não tem mais domínio sobre ele” (Rm 6,9). E, ainda um outro: “Ele é Princípio, o primogênito dos mortos, tendo em tudo a primazia” (Cl 1,18).

Há muitas evidências, partindo dos escritos evangélicos, de que Cristo, o Filho de Deus, morreu de verdade, mas que também ressuscitou verdadeiramente. A primeira evidência, conforme atestam os evangelhos, foi o sepulcro vazio. Nesse ponto, Sánchez e Molinero fazem questão de enfatizar que todos os relatos evangélicos apresentam o sepulcro vazio²⁰⁸ visto, por primeiro, pelas mulheres²⁰⁹, e esse seria o primeiro dado da ressurreição do Senhor. Assim pontua esses autores:

Este dado é sumamente interessante em escatologia porque, além de enquadrar a Ressurreição do Senhor no espaço e no tempo, põe em destaque a identidade corpórea entre o crucificado e o ressuscitado, desde que se afirme a diversidade qualitativa do corpo glorioso de Jesus. Ao mesmo tempo, é uma confirmação de que Jesus foi enterrado num sepulcro facilmente identificável e não na fossa comum em que costumavam enterrar os condenados²¹⁰.

Aqui são postos em relevo dois elementos. O primeiro é a identidade corpórea de Jesus, isto é, o mesmo corpo que fora crucificado é o mesmo que ressuscitou. Conforme acentua 1Cor 15,3-4, ao dizer que morrendo pelos nossos pecados, Jesus foi sepultado e ressuscitou, indica, com isso, que o que fora morto na cruz, foi o mesmo sepultado e o que fora sepultado foi ressuscitado²¹¹. Por mais que a ressurreição aparente uma transformação corpórea, pois os discípulos demoraram reconhecer que era o Senhor (cf. Lc 24, 25-32), não se pode pensar que o corpo de Jesus não era o mesmo da morte. De fato, era sim o mesmo. Por isso, “a ressurreição de Cristo é causa e motor de nossa ressurreição”²¹². E, nesse aspecto, a ressurreição de Cristo é vida corporal a partir de um plano escatológico pleno²¹³, em que a morte não mais o ferirá, pois foi tragada uma vez por todas por sua morte redentora e vencida pela vitória da cruz (cf. 1Cor 15, 54-56).

²⁰⁶ O episódio da ressurreição de Lázaro, ou melhor, o “reanimamento”, se encontra descrito no Evangelho de João, capítulo 11, versículos de 1-44.

²⁰⁷ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 79.

²⁰⁸ Conforme Mateus 28,1-8; Marcos 16,1-8; Lucas 24,1-8; João 20,1-10.

²⁰⁹ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 79.

²¹⁰ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, pp. 79-80.

²¹¹ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 80.

²¹² GALVÃO, 2000, p. 174.

²¹³ cf. GALVÃO, 2000, p. 174.

O outro elemento, destacado por estes autores, é que deram sepultura digna ao corpo de Jesus²¹⁴. Diferente dos corpos dos condenados que eram jogados em valas ou tratados com desprezo, o Corpo do Senhor, ungido com aromas e envolto em faixas de linho, descansa num túmulo novo (cf. Jo 19,38-42). Isso demonstra o caractere de que o corpo de Jesus é adorável, isto é, “mesmo morto, permanece sacrossanto e digno de adoração”²¹⁵, por isso não poderia ser tratado senão dessa forma. Tudo isso para inferir sobre a dignidade do corpo, e, por sua vez, do homem todo no dia da ressurreição. Se zelamos e guardamos dignamente os corpos de nossos entes queridos é porque eles participam dessa sacralidade do Corpo do Senhor (cf. *VS*, n. 48)²¹⁶ e, ainda, porque nos alimentamos com a esperança de que da mesma forma que Cristo ressuscitou, também com ele ressuscitaremos para uma vida nova e eterna (cf. Rm 6,8-14).

Outras evidências da ressurreição de Jesus, atestadas pelos escritos evangélicos, são as suas aparições. Jesus ressuscitado aparece às mulheres (cf. Lc 28,9-10) e aos seus discípulos (Lc 28,16-20). Nessas aparições, Jesus mostra-se aos seus com um corpo real, embora transformado e glorioso²¹⁷. Na realidade, o fato é que, mesmo rodeado por dúvidas, os discípulos podem ver Jesus falando e comendo com eles, ao passo que ele mesmo insiste para que o toquem e vejam que não é um espírito, mas um homem realmente em carne e ossos (cf. Lc 24,39). Por conseguinte, o Senhor mostra-lhes “as mãos e os pés para que não duvidem que é Ele mesmo, o que esteve crucificado e conserva as cicatrizes das chagas”²¹⁸. Mostrar as mãos e os pés chagados revelam muito mais aos discípulos que é mesmo o Senhor do que propriamente seu rosto²¹⁹, pois “Jesus tenta fazê-los compreender que o corpo que tem diante dos olhos é o mesmo que foi crucificado, morto e sepultado”²²⁰.

Por outro lado, conforme narra o evangelista Lucas, no episódio de Emaús, dois discípulos são testemunhas de que Jesus se lhes mostrou “com um aspecto diferente” (Lc 24,39). Essa “diferença” no Senhor ressuscitado é entendida como uma *transformação*²²¹,

²¹⁴ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 80.

²¹⁵ AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009, v. 3, p. 234-235 (Sth. III, q. 25, a. 3).

²¹⁶ Essa referência indireta da participação e dignidade do corpo humano na do Corpo do Senhor é tratado por João Paulo II, em sua carta encíclica: *O Esplendor da Verdade*, acentuando que o corpo humano, “ao qual é prometida a ressurreição, também participará da glória” (JOÃO PAULO II, Papa. Carta encíclica: *Veritatis Splendor* (*VS*) (*O Esplendor da Verdade*). Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo: Paulinas, 1993, n. 48, p. 80).

²¹⁷ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 80.

²¹⁸ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 81.

²¹⁹ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 80.

²²⁰ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 81.

²²¹ “Decerto, segundo o apóstolo, este corpo ressuscitado já não é de carne e sangue, isto é: de carne (*sarx*) no sentido paulino de instrumento do pecado (cf. Rm 7,14). Mas permanece corpo, (*soma*), isto é, um organismo.

permitindo, num primeiro momento, não reconhecê-lo; somente, mais tarde, depois de conversar e comer com eles, é que não tinham mais dúvidas de que era realmente o Senhor²²².

Elucidado isso, Sánchez e Molinero observam ainda que a Revelação assegura-nos que o Senhor Jesus não só ressuscitou, como Ele próprio é “a ressurreição e a vida” (Jo 11,25)²²³. Nesse aspecto, Jesus ligou a fé na ressurreição à fé na sua própria Pessoa e será Ele próprio “que ressuscitará no último dia os que tiverem acreditado n’Ele” (cf. Jo 5,24-25;6,40). Por essa razão, afirma-se que “Cristo ressuscitou dos mortos como primícias dos que morreram” (1Cor 15,20), ao mesmo tempo em que se professa que ele “é o Primogênito dos mortos” (Col 1,18), pois, “assim como por um homem (Adão) veio a morte, também a ressurreição dos mortos veio por um homem (Cristo)” (1Cor 15,21).

Isso tudo revela-nos que a nossa ressurreição será semelhante à ressurreição do Senhor: “E, assim como reproduzimos em nós a imagem do (Adão) terreno, procuremos reproduzir também a imagem do celestial (Jesus Cristo) (1Cor 15,49)”²²⁴. Essa reprodução é refeita na imagem de Jesus, o Filho de Deus, o qual ressuscitou de entre os mortos, como primícias dos que morreram (cf. 1Cor 15,20), uma vez que essa imagem, no homem, fora ferida pelo pecado, mas restabelecida pelo Senhor, que, “recapitulando em si todo o homem do princípio ao fim, recapitulou também a sua morte”²²⁵. Nesse aspecto, somente com a redenção e ressurreição do Senhor é que o homem pôde obter uma nova imagem, um novo rosto; isto “indica a recapitulação deste homem que no início foi feito à imagem de Deus”²²⁶.

Desse modo, mesmo sabendo que a ressurreição de Cristo foi um fato histórico, é preciso ter como pressuposto para essa realidade a fé. Em Cristo essa é a grande novidade: sua admirável ressurreição. E esse é um dado principiante da fé, sendo identificado com o conceito do próprio Deus²²⁷, ou seja, “a fé na ressurreição está contida na própria fé em Deus”. Isso revela que crer em Deus é crer de forma intrínseca que Cristo ressuscitou dos mortos. Aqui se pauta o sentido da fé, descrita pelo apóstolo: “Se o espírito daquele que ressuscitou Jesus dentre os mortos habita em vós, aquele que ressuscitou Cristo Jesus dentre os mortos dará vida também a vossos corpos mortais, mediante o seu espírito que habita em vós” (Rm 8,11). De fato, “a fé não é ver em Cristo algo simplesmente externo, mas a origem

Essencialmente, é o mesmo corpo que foi depositado no sepulcro e só mudou o seu modo de ser ao ter-se convertido (transformado) em celestial e glorioso” (SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 82 *apud* Adam, K. *Jesucristo*, Herder, Barcelona, 1997, p. 196).

²²² cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 81.

²²³ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 84.

²²⁴ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 84.

²²⁵ IRENEU DE LIÃO, Santo. **Ireneu de Lião**. Traduzido por Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1995, p. 580.

²²⁶ IRENEU DE LIÃO, 1995, p. 548.

²²⁷ RATZINGER, 2020, p. 137.

de todo ser criado”²²⁸. Por essa razão, é somente no âmbito da fé que o homem compreenderá que sua vida está escondida em Deus (cf. Col 3,3) e que seu futuro pós-morte é ofertado por Ele. Sobre isso, elucida Ratzinger:

A fé na ressurreição de Jesus significa que há futuro para cada homem; que o desejo de infinidade que habita nele está respondido. Por Jesus conhecemos “o âmbito onde o amor que partiu deposita a sua vitória...”. Ele mesmo é esse espaço. E ele nos chama para sermos, com ele e a partir dele, esse espaço para conservarmos aberto esse espaço no mundo, para que ele, o amor que emigrou, sempre possa imigrar neste mundo²²⁹.

Isto posto, pontua Ratzinger que Jesus ressuscitado é o Espaço no qual e pelo qual ele quer receber o homem. Tal movimento, porém, requer da parte deste uma abertura para Aquele. Isso por que Jesus “abriu-se” ao mundo para que o mundo fosse salvo (cf. Jo 3,17), e uma vez resgatado, o mundo pudesse se voltar a ele e dar-lhe pleno espaço. Na realidade, isso significa que “há o espaço do amor emigrado, porque pela chaga mortal de Jesus Cristo, Deus imigrou no mundo”²³⁰, isto é, Jesus “chegou” no mundo (nos homens) para que o mundo chegasse a Jesus. Essa é a esperança na qual o homem se apoia e confiantemente pode sentir-se abrigado, porque ‘o amor é mais forte do que a morte’ e a ressurreição mais real que a vida existente²³¹.

Algo que ainda pode ser dito a respeito da ressurreição do Senhor é que ela é teofânica, isto é, manifestação, aparecimento de Deus ao homem pelo sacrifício²³². Isso é observado por Ratzinger ao se deparar, certa vez, com um quadro da ressurreição²³³, em que o artista representa Cristo que ressuscita aos moldes da teofania. Tal pintura traduz, expressamente, o que as palavras não são capazes de alcançar. Deveras, “o sentido propriamente dito é este: a ressurreição de Cristo nos dá a certeza de que Deus existe e que como Pai de Jesus Cristo é o Deus dos homens”²³⁴. Por isso que “a ressurreição de Jesus é a teofania definitiva, a resposta triunfal à pergunta sobre quem agora reina propriamente, a morte ou a vida”²³⁵. E o diferencial, retratado na pintura, é contemplar que Deus existe e essa é, portanto, a mensagem que retrata a Páscoa, a vida ressurgida da morte na ressurreição de

²²⁸ RATZINGER, 2020, p. 212.

²²⁹ RATZINGER, 2007, p. 305.

²³⁰ RATZINGER, 2007, p. 305.

²³¹ cf. RATZINGER, 2007, p. 246.

²³² cf. RATZINGER, 2007, p. 306.

²³³ Esse quadro da ressurreição de Jesus foi pintado por Matthias Grünewald (1470-1528), destacado pelo próprio Ratzinger em sua obra *Dogma e anúncio* (cf. RATZINGER, 2007, p. 306) – Ver em anexos deste trabalho, p. 76.

²³⁴ RATZINGER, 2007, p. 306.

²³⁵ RATZINGER, 2007, p. 306.

Jesus. Quem quer que se esforce para compreender um pouco o que isso quer dizer, entenderá o que significa ser remido²³⁶.

3.2 A nossa ressurreição

Como supramencionado, Jesus Cristo morreu, mas ressuscitou verdadeiramente de corpo e alma. É partindo dessa realidade que embasamos a nossa ressurreição²³⁷. Com efeito, só tem sentido em falar de ressurreição dos mortos porque Cristo é “o Primogênito” de entre os mortos (cf. Col 1,18). Ele é o paradigma no qual se firma nossa esperança de ressurreição, porque se assim não o fosse, vã seria a fé dos homens, como acentua São Paulo: “Se Cristo não ressuscitou, vazia é a vossa pregação, vazia também é a vossa fé” (1Cor 15,14).

3.2.1 Ressuscitaremos ao modo da ressurreição de Cristo

Nesta perspectiva, se entende logicamente que: Cristo ressuscitou com seu corpo; então os que pertencem a Cristo também ressuscitarão com o corpo; logo, ressuscitarão com o corpo, ao modo da ressurreição do Senhor, todos aqueles que a Ele pertencem (cf. 1Cor 15,21-23). De fato, “a ressurreição de Cristo não é somente um caso e um exemplo da ressurreição dos mortos, mas é causa da ressurreição e norma para a esperança na ressurreição dos mortos”²³⁸. É nesse sentido que se crê que como aconteceu com o Corpo do Senhor, também acontecerá com o nosso.

Nisso, porém, o corpo passará por uma transformação²³⁹, conforme afirma São Paulo: “É necessário que este corpo corruptível se revista de incorruptibilidade, e que este corpo mortal se revista de imortalidade, então cumprir-se-á o que está escrito: A morte foi tragada pela vitória” (1Cor 15,54). Desse modo, sana-se a pergunta sobre como haverão de ressuscitar os mortos: com um corpo transfigurado e glorioso segundo o modelo do de Jesus Cristo (cf. CEC, n. 999)²⁴⁰. Deveras, Cristo ressuscitado é causa e ambiente da ressurreição da

²³⁶ cf. RATZINGER, 2007, p. 306.

²³⁷ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, pp. 84-85.

²³⁸ SUSIN, 2018, p. 171.

²³⁹ “A transformação dos corpos ressuscitados é proclamada na Liturgia da Igreja. Num dos Prefácios para as Missas pelos Fiéis Defuntos diz-se: “N’Ele brilhou para nós a esperança da feliz ressurreição; e se a certeza da morte nos entristece, conforta-nos a promessa da imortalidade. Para os que crêem em Vós, Senhor, a vida não acaba, apenas se transforma; e, desfeita a morada deste exílio terrestre, adquirimos no céu uma habitação eterna” (SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 87 *apud* Missal Romano. Tradução da CNBB. 2 ed. RJ: Petrópolis: Paulus, 1992, p.462).

²⁴⁰ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 87.

humanidade, bem como “princípio da justificação de todos os que são vítimas da própria morte”²⁴¹. É nesse aspecto que a certeza da vida futura habita no coração do homem. “A certeza de que o poder da morte e da ruína não tem a última palavra”²⁴², mas sim Cristo que triunfa da morte vitorioso. É a partir de Cristo que ‘a vida vive da morte’ e por ela se renova, vence e progride constantemente²⁴³.

Ademais, apropriando-se da imagem da semente (cf. 1Cor 15,35-38), que ao ser semeada na terra, germina, cresce e se transforma numa planta diferente, mais vistosa e mais rica, São Paulo menciona algumas qualidades dos corpos gloriosos, designadas como incorrupção ou impassibilidade, glória ou resplendor, poder ou agilidade, sutileza ou espiritualidade²⁴⁴. Efetivamente, isso significa que “a morte não é o fim, mas uma transformação, semelhante a um grão de trigo que caindo na terra dá a impressão de estar morto, mas dali a um certo tempo brota, numa incontrolável explosão de vida”²⁴⁵. Assim como acontece com a semente, acontece também conosco: Planta-se um corpo sem vida e brotará um corpo cheio de glória (cf. 1Cor 15,42-44).

Ainda sobre a imagem da semente, Galvão emprega o mesmo termo utilizado por Sánchez e Molinero, ao dizer que “nossa vida não acaba, mas é transformada”²⁴⁶. Esse novo modo de ser permite inferir que “a alma imortal, criada por Deus, não repousa enquanto não retorna àquele que a criou, para uma comunhão perfeita”²⁴⁷. Nas palavras de Santo Agostinho, isso seria dito mais ou menos no mesmo sentido: “Fizeste-nos para ti, e inquieto está o nosso coração enquanto não repousa em ti”²⁴⁸. Esse repouso é primariamente possível porque o homem veio de Deus e Deus mesmo o criou para a vida. Não obstante a isso, dirime-se que “no projeto de Deus ao criar o homem estava a vontade de que não morresse, tendo perdido esta prerrogativa pelo pecado, a ressurreição dos mortos vem restaurar a primitiva condição do homem, melhorando-a”²⁴⁹.

Desse modo, a morte “simbolizada pela figura do grão de trigo, tem, como este, uma passagem pela terra”²⁵⁰. E da mesma forma como “o grão passa da terra para as searas altaneiras do campo e daí para a segurança do celeiro da casa do Pai”²⁵¹, assim também

²⁴¹ SUSIN, 2018, p. 171.

²⁴² RATZINGER, 2007, p. 302.

²⁴³ cf. RATZINGER, 2007, p. 302.

²⁴⁴ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 87.

²⁴⁵ GALVÃO, 2000, p. 124.

²⁴⁶ GALVÃO, 2000, p. 124.

²⁴⁷ GALVÃO, 2000, p. 124.

²⁴⁸ AGOSTINHO, 1984, p. 15.

²⁴⁹ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 88.

²⁵⁰ GALVÃO, 2000, p. 124.

²⁵¹ GALVÃO, 2000, p. 124.

acontece ao homem. Este, com efeito, “tem uma breve passagem pela morte, que sucede como um dia do nascimento (o *vere dies natalis*²⁵²), para desembocar numa outra vida, feliz, farta”²⁵³. Em vista disso, “o corpo-semente (corruptível) nasce, como que desabrocha num fruto-semente (incorruptível). A vigorosa imagem do grão de trigo fala do mistério da vida através da morte”²⁵⁴. Por essa razão, é preciso que o grão de trigo caia na terra e morra (cf. Jo 12,24), para que possa produzir o fruto da vida nova, porque se assim não acontece ele fica só, perece e não produz fruto algum²⁵⁵.

Efetivamente foi posto em evidência tudo isso para assegurar uma certeza: “O discípulo do Senhor será como ele, terá um destino semelhante ao seu; ora, ele ressuscitou e foi glorificado numa forma absolutamente nova de sua existência humana”²⁵⁶; isto também se sucederá aos homens. Decerto, aos que Deus conheceu de antemão, “esses também predestinou a serem conformes à imagem do seu Filho, a fim de ser ele o primogênito entre muitos irmãos” (Rm 8,29), e, ainda, “aos que predestinou, também os chamou; e aos que chamou, também os justificou, e aos que justificou, também os glorificou” (Rm 8,30).

E esta participação plena da glória de Deus não se dará de outra forma senão em corpo e alma. O homem todo glorificará a Deus que é seu tudo. Com isso, então, questiona-se: O corpo ressurgirá do pó? A alma se unirá a seu corpo definitivamente para a vida eterna? São a partir dessas problemáticas que discorreremos o que se segue.

3.2.2 Ressurreição da carne

Se é fato, e assim se crê, que ressuscitaremos ao modo da forma como Cristo Jesus ressuscitou, então, assim como Cristo, participaremos de sua glória com nossa própria carne. Mas como será isso? Gomes, ao expor sobre a realidade da ressurreição dos mortos, nos apresenta dois níveis da ressurreição da carne²⁵⁷. Do primeiro nível se poderia dizer, provavelmente, ser a realização de uma exigência de nossa natureza²⁵⁸, ou seja, o corpo se

²⁵² Verdadeiramente um aniversário.

²⁵³ GALVÃO, 2000, p. 124.

²⁵⁴ GALVÃO, 2000, p. 125.

²⁵⁵ cf. GALVÃO, 2000, p. 125.

²⁵⁶ GOMES, 1981, p. 660.

²⁵⁷ cf. GOMES, 1981, p. 659.

²⁵⁸ Santo Tomás de Aquino escreveu: “a alma é unida por natureza ao corpo... é pois contra sua natureza estar sem corpo; ora, o que é contra a natureza não pode ser perpétuo; logo, a alma não existirá perpetuamente sem o corpo. Durando perpetuamente a alma, é necessário que se reúna de novo ao corpo, o que é ressuscitar”. Talvez o Santo Doutor só estivesse pensando em termos de argumento de conveniência, como querem seus autorizados intérpretes a este passo (Contra Gentes, 1.4, c. 79). De qualquer forma, inclina-se a teologia

reintegraria e a ele se faria presente de novo a alma²⁵⁹. Se é verdade que somos espíritos encarnados, então não poderia ser definitivo em tal natureza o estado de alma separada de maneira definitiva. A respeito disso, assim afirmou Jesus: “Vem a hora em que todos os que jazem nos sepulcros ouvirão sua voz (do Filho de Deus) e sairão os que realizaram o bem para a ressurreição da vida e os que fizeram o mal para a ressurreição da condenação” (Jo 5, 28s. cf. At 24,15; Hb 6,2)²⁶⁰.

Do segundo nível se trata, porém, em dizer do pleno desabrochamento da economia da Graça²⁶¹, isto é, tudo o que Deus quis que existisse como obra de suas mãos não poderia desintegrar no nada, sendo que sua graça nunca passa e por ela somos salvos (cf. Ef 2,8). Nesse sentido, seríamos imersos no imprevisível, no “sobrenatural”, essencialmente sendo banhados no mistério²⁶², cabendo somente à autoridade divina fazer tornar à vida ou sucumbir na morte, ao modo como quer e da forma como lhe apraz, todo mortal (cf. Sl 90,3-4), ou seja, ao querer de Deus se subjugam tudo o que existe, pois é ele quem tem ciência das realidades todas, nada está oculto a seus olhos (cf. Hb 4,13), bem como para ele nada é impossível (cf. Lc 1,37) de ser feito.

A temática “sobre a ressurreição” não é nova. Desde os mais antigos Padres há relatos e mesmo tratados sobre esse assunto, em que, ainda, com esmero e sabedoria, sabiam enfrentar os gracejos céticos e eram capazes de desvencilhar das influências platônicas²⁶³. Nesse caso, havia aqueles que gracejavam perguntando como seriam recuperáveis as carnes dos naufragos, se estes foram devorados por peixes, depois suas carnes reingeridas por outros²⁶⁴. Então, com grande mística, lembravam esses Padres que o que está em jogo é um milagre da mesma Onipotência Divina que plasmou toda a Criação²⁶⁵. Nesse sentido, sabiam dizer, como é o caso de Santo Agostinho, que “ninguém consegue apartar do céu e da terra os corpos de muitos fiéis que a terra não cobre²⁶⁶”, mas Deus “sabe de onde ressuscitar o que criou²⁶⁷”. Assim prossegue esse Santo Padre:

hodierna para afirmar a exigência de uma ressurreição “natural”. (cf. C. Pozo, ob. cit., p. 120 *apud* Gomes p. 659).

²⁵⁹ cf. GOMES, 1981, p. 659.

²⁶⁰ cf. GOMES, 1981, p. 659.

²⁶¹ cf. GOMES, 1981, p. 659.

²⁶² cf. GOMES, 1981, p. 659.

²⁶³ cf. GOMES, 1981, p. 660.

²⁶⁴ cf. GOMES, 1981, pp. 660-661.

²⁶⁵ cf. GOMES, 1981, p. 661.

²⁶⁶ AGOSTINHO, 2002, p. 102.

²⁶⁷ AGOSTINHO, 2002, p. 102.

Menosprezaram a preocupação com o sepultamento e, freqüentemente, exércitos inteiros pouco se incomodaram, ao morrerem pela pátria terrena, com o lugar em que seus cadáveres haveriam de jazer e que animais se serviriam deles, como de pasto. Assim, puderam dizer os poetas, com aplausos: ‘A quem faltou o sepulcro, o céu serve de proteção’. Portanto, que loucura essa, de ultrajar os cristãos por causa de cadáveres deixados insepultos, se aos fiéis foi prometido que a própria carne e todos os membros, deixados sobre a terra e até dispersos no seio secretíssimo de outros elementos, hão de, num abrir e fechar de olhos, tornar à vida e serem restituídos à primitiva integridade, como foi prometido por Deus?” (1Cor 15,52)²⁶⁸.

Aqui, Santo Agostinho enfatiza que independentemente de ser sepultado ou não, ter digna sepultura ou não, isso pouco importa ao defunto que almeja ser um dia ressuscitado. Estas “providências relativas aos funerais, escolha da sepultura, pompa do enterro, tudo isso é mais consolo dos vivos do que alívio dos mortos”²⁶⁹. Ainda mais, como é o caso, se as pessoas morrem em campo de guerra e seus corpos são comidos pelos animais, então eles não ressuscitarão? Em um sobressalto a isso, responderia Agostinho que é claro que hão de ressuscitar, pois a Onipotência Divina tudo pode e tornaria à vida também todos aqueles que não foram sepultados²⁷⁰. É claro que isso não é motivo para não dar digna sepultura a quem quer que seja, pois, como já visto no primeiro capítulo, o corpo humano carrega em si uma sacralidade e por isso é digno de todo cuidado, mesmo depois da morte. Com efeito, sobre isso também já pontuara Agostinho: “Se a roupa do pai, o anel ou objeto semelhante é tanto mais precioso para os filhos quanto mais terna é sua piedade filial, que cuidado não nos merece nosso corpo, que nos está mais intimamente ligado que a roupa, seja ela qual for?”²⁷¹ Por isso é oportuno lembrar que “o corpo não é apenas ornamento do homem, adjutório exterior, mas é parte de sua natureza humana”²⁷².

Consequentemente, essa apologia pela ressurreição da carne vai de encontro à teoria dualista de Platão. De fato, “ao dualismo platônico opunham uma concepção do homem, valorizadora da carne, sendo esta, apesar de sua fragilidade, algo que o Verbo divino não se recusou a assumir”²⁷³, nem tampouco a querer que não fosse integrada na economia sacramental²⁷⁴. Assim sendo, é preciso que a carne, parte integrante do ser humano, agora transfigurada e renovada pelo Sangue do Cordeiro (cf. Ap 7,14), seja também salva, “para um

²⁶⁸ AGOSTINHO, 2002, p. 102.

²⁶⁹ AGOSTINHO, 2002, p. 102.

²⁷⁰ cf. AGOSTINHO, 2002, pp. 102-103.

²⁷¹ AGOSTINHO, 2002, pp. 102-103.

²⁷² AGOSTINHO, 2002, p. 103.

²⁷³ GOMES, 1981, p. 661.

²⁷⁴ cf. GOMES, 1981, p. 661.

dia glorificar como parte muito nobre da Criação”²⁷⁵. A respeito disso, por exemplo, outro Santo Padre, do século II, Ireneu de Lião, escreve:

Estultos, completamente, os que rejeitam toda a economia de Deus, negam a salvação da carne, desprezam a sua regeneração, declarando ser ela incapaz de receber a incorruptibilidade. Mas se esta não se salva, então nem o Senhor nos resgatou no seu sangue, nem o cálice eucarístico é comunhão de seu sangue, nem o pão que partimos é a comunhão com seu corpo... Da mesma forma os nossos corpos, alimentados por esta Eucaristia, depois de ser depositos na terra e se terem decomposto, ressuscitarão, no seu tempo, quando o Verbo de Deus os fará ressuscitar para a glória de Deus Pai²⁷⁶, porque ele dará a imortalidade ao que é mortal e a incorruptibilidade ao que é corruptível, pois o poder de Deus se manifesta na fraqueza²⁷⁷.

Aqui este Santo Padre faz menção apologética contra os heréticos que afirmam não existir salvação da carne. Segundo estes, o que se salva é a alma, pois a carne é possuidora da fraqueza e, por isso, desconsideram-na ao poder de Deus que a ressuscita da morte²⁷⁸. Se assim o fosse, prossegue Ireneu, tudo que Cristo sofreu na carne e gotejou no seu sangue seria inútil. Pelo contrário, a união do nosso corpo ao Corpo do Senhor é sinal de glória e incorruptibilidade, pois não há salvação da alma sem a carne, nem da carne sem a alma²⁷⁹, sendo ainda que a carne não é “estranha à sabedoria e ao poder de Deus, mas o poder daquele que dá a vida se manifesta na fraqueza, isto é, na carne”²⁸⁰. Logo, por mais que o corpo seja depositado na terra e destruído, ainda assim, à semelhança do Corpo glorioso de Cristo, o Senhor o reerguerá e o tornará um novo santuário (cf. Jo 2, 18-22): “Porque, pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem” (GS 22). Nesse patamar, portanto, certifica-se que na ressurreição

haverá corporeidade (“apalpai e vede: um espírito não tem carne nem ossos como vedes que eu tenho”), mas será corporeidade diferente, como a de Cristo na transfiguração e nas aparições dos quarenta dias, a corporeidade do Adão celestial: “assim como reproduzimos os traços do terreno, reproduziremos também os traços do espiritual”. Eis por que “o corpo ressuscita incorruptível... glorioso... vigoroso... corpo espiritual”. De que modo acontecerá positivamente tudo isso será a surpresa de Deus: “ainda não apareceu o que seremos”²⁸¹.

²⁷⁵ GOMES, 1981, p. 661.

²⁷⁶ Tanto firme quanto impressionante é a teologia de Ireneu sobre a Eucaristia que por sua vez está ligada à teologia da ressurreição. Cristo recapitula todo o *cosmos* no pão e no vinho, e estes elementos se transformam em Eucaristia e, portanto, em alimento dos homens; ela os capacita para receber a imortalidade e a incorruptibilidade de Cristo. A carne acostumada a receber o “Pão da Vida” (cf. V, 3,3) será ressuscitada e verá a Deus. “E da grandeza de Deus e não de nossa natureza que temos a capacidade da vida eterna” (IRENEU, 1995, p. 523 – explicação em nota de roda pé).

²⁷⁷ IRENEU DE LIÃO, 1995, pp. 522-523.

²⁷⁸ cf. IRENEU DE LIÃO, 1995, p. 525.

²⁷⁹ cf. IRENEU DE LIÃO, 1995, p. 540.

²⁸⁰ IRENEU DE LIÃO, 1995, p. 526.

²⁸¹ GOMES, 1981, p. 664.

Como posto e já frisado anteriormente, reitera e corrobora-se uma vez mais que quando acontecer a ressurreição “todos ressuscitarão com os próprios corpos com que agora estão revestidos” (Dz 801). E, assim como Cristo, transpareceremos além da matéria a realidade espiritual e gloriosa. Este corpo será “transfigurado em corpo de glória” (cf. Fl 3,21), e, ainda, em “corpo espiritual” (1Cor 15,44). Isso é o mesmo que dizer que a carne será revivificada, pois “o Senhor veio para vivificá-la, a fim de que, como em Adão todos morremos, porque psíquicos, todos vivamos no Cristo, porque espirituais”²⁸².

Por este lado de que Cristo revivificará toda carne, Ratzinger apresenta que não há outra maneira de imaginar o mundo novo senão também num homem novo, à estatura de Cristo em sua plenitude (cf. Ef 4,13). E, nesse ponto, “a relação do homem com a matéria no mundo novo, ou como será o ‘corpo ressuscitado’”²⁸³ ganha sentido e razão de sê-los. Isso a partir de dois aspectos: Primeiro, da certeza de que o dinamismo do *cosmos*, isto é, do mundo e das demais realidades criadas, perpassarão por uma situação em que a matéria e o espírito vão se relacionar de maneira mútua, nova e definitiva²⁸⁴. Isso revela que “aquele elemento da totalidade homem que são as ‘coisas’ do ‘mundo’ estará presente na salvação definitiva”²⁸⁵, o que faz pensar que junto a essa salvação está a relação com o mundo, ao ponto de vislumbrar uma realidade “que tudo que era encantador e belo no maravilhoso mundo de Deus reapareça transformado”²⁸⁶. E depois, segundo aspecto, partindo dessa certeza, poder compreender que o conteúdo conciso da crença na ressurreição da carne e nos novos céus e numa nova terra (cf. 2Pd 3,13) se dará tendo como protótipo a Pessoa do Cristo, que ressuscitou dos mortos, como primícias (cf. 1Cor 15,20)²⁸⁷.

A partir dessa perspectiva, verificando esses traços do significado teológico da ressurreição gloriosa, entende-se, desse modo, que “a manifestação escatológica e plena da Redenção operada por Cristo”²⁸⁸, é, ao mesmo tempo, “a revelação do potencial contido em sua própria ressurreição de Chefe do gênero humano”²⁸⁹. É através desse viés que se afirma: “Como Cristo ressuscitou na substância da sua carne e mostrou aos discípulos os sinais dos pregos e a abertura do lado, – estes são os sinais da sua carne ressuscitada dos mortos – assim ele diz, Deus ressuscitará também a nós pelo seu poder”²⁹⁰.

²⁸² IRENEU DE LIÃO, 1995, p. 547.

²⁸³ RATZINGER, 2020, p. 217.

²⁸⁴ cf. RATZINGER, 2020, p. 217.

²⁸⁵ RATZINGER, 2007, p. 267.

²⁸⁶ RATZINGER, 2007, p. 267.

²⁸⁷ cf. RATZINGER, 2020, p. 217.

²⁸⁸ GOMES, 1981, p. 661.

²⁸⁹ GOMES, 1981, p. 661.

²⁹⁰ IRENEU DE LIÃO, 1995, p. 533.

Por esse motivo, “quem não aceita o quérigma do Cristo ressuscitado não aceita igualmente a possibilidade da ressurreição gloriosa”²⁹¹. Isto permite olhar para Cristo, ganhá-lo e ser achado n’Ele (cf. Fl 3,8). Nele ser também, um dia, glorificado. Se o homem perde o foco disso, não encontrará razão e sentido de sua existência, “nem verá sentido em qualquer outra forma de ressurreição, mas simultaneamente não conseguirá superar o mistério da morte”²⁹². Pois esta, enfatiza Gomes, fazendo referência à *Gaudium et Spes*, “fora do Evangelho de Cristo, nos esmaga”²⁹³. Isso por que “Cristo ressuscitou, destruindo a morte com a própria morte, e deu-nos a vida, para que, tornados filhos no Filho, exclamemos no Espírito: *Abba, Pai!*” (cf. Rm 8,15; Gl 4,6) (GS 22).

Todo este esboço sobre a ressurreição da carne remete-nos a percorrer, em primeira instância, um caminho de fé calcado nas Sagradas Escrituras. Só assim será possível, graças à ressurreição de Jesus, que fora um fato experienciado e transmitido por testemunhas, entender o que significa ressurgir dos mortos²⁹⁴. É a partir do Senhor ressuscitado que se lê a história e a Tradição, sendo que tudo se direciona a Ele ou diz d’Ele. Nesse viés, o cardeal Ratzinger faz questão de dizer que “a partir d’Ele, o conflito que se trava no Antigo Testamento é interpretado como um único encaminhar-se em direção a Ele, ao padecente, crucificado e ressuscitado”²⁹⁵; conforme se observa a concretização de tudo isso no Novo Testamento. E em vista do Novo Testamento, “o próprio Antigo Testamento se converte, assim, em testemunho de Ressurreição”²⁹⁶.

3.3 A parusia e o juízo universal

Seguindo por este caminho escatológico, apontando dados escriturísticos e analisando o pensamento de Ratzinger, conjugando-o ou em diálogo com outros autores, agora, como cume dessa trajetória, delinearemos como ponto de desfecho para este trabalho sobre a parusia²⁹⁷ e o juízo universal. Noutros termos, dedicar-nos-emos a tratar da Segunda

²⁹¹ GOMES, 1981, p. 661.

²⁹² GOMES, 1981, p. 661.

²⁹³ GOMES, 1981, p. 661.

²⁹⁴ cf. RATZINGER, 2020, p. 136.

²⁹⁵ RATZINGER, 2020, p. 136.

²⁹⁶ RATZINGER, 2020, p. 136.

²⁹⁷ “Chama-se ‘parusia’ a segunda vinda de Cristo, com glória, para julgar os vivos e os mortos, para tornar manifesto e evidente seu senhorio universal. A palavra é grega, derivando da forma participial do verbo *pareimi*: estar presente. Significa, pois, literalmente: ‘presença’, a presença conseqüente a uma vinda, e neste sentido pode ser substituída pela palavra ‘visita’ ou ‘chegada’. (Na antigüidade pagã era usada, com efeito, para designar a visita de um soberano às suas grandes cidades). No Novo Testamento, a palavra ‘parusia’ está

Vinda de Jesus Cristo e o Julgamento Final dos vivos e dos mortos. Veremos que o sentido das realidades últimas se encontra na Pessoa de Jesus Cristo, que é imagem visível do homem e glória das criaturas.

3.3.1 Os sinais da Vinda de Cristo

Antes de adentrar propriamente aos temas do retorno de Cristo e do juízo universal, o cardeal Ratzinger analisa, primeiramente, o material bíblico através do qual é possível de dizer quais os sinais que as Sagradas Escrituras apresentam sobre a Segunda Vinda do Senhor. Nosso autor, ao se referir duma primeira leitura do Novo Testamento, acentua sua impressão de que parece haver duas posições distintas sobre os sinais dessa vinda que se parecem contradizer²⁹⁸. De um lado, existe uma rejeição da questão dos sinais: o retorno de Cristo é incompatível com o tempo, a história, bem como com as leis que comandam o curso de tudo isso²⁹⁹. Nesse sentido, “a única resposta à questão dos ‘sinais’ é aquela referente a toda tentativa de descrever a vinda de Cristo”³⁰⁰, isto é, estando atento ao que o Senhor mesmo disse: “E as coisas que vos digo, digo-as a todos: Vigiai” (Mc 13,37). Isto, na verdade, é o modo pelo qual o homem é capaz de corresponder à relação que o Cristo ressuscitado o propõe, com o tempo deste mundo: Por meio da ‘vigilância’.

Por outro lado, contudo, isso parece contrapor uma corrente tradicional bastante forte, que defende os sinais que pressagiam a vinda de Cristo³⁰¹. Isso significa que “em Jesus Cristo, Deus opera como Deus de um modo imediatamente divino e, nele, Deus atua como homem, numa mediação histórica”³⁰². Essa é a razão pela qual Cristo é ao mesmo tempo *telos* (plenitude) e *peras* (fim) da história, desse nosso tempo cronológico³⁰³. Por isso, sua vinda é a pura ação de Deus em que não existe qualquer correspondente histórico, bem como também representa a liberação do homem, ou seja, a ressurreição de Jesus Cristo tem o poder de libertar o homem da sua condição de pecado e de morte. E já que não é possível calcular de maneira precisa a chegada dessa liberação, cronologicamente falando, ao menos ser-lhe-á permitida a distinção através dos sinais³⁰⁴.

diretamente empregada por São Paulo, para indicar o segundo advento de Cristo, em 1Cor 15,23, e também por S. João, em 1Jo 2,28” (GOMES, 1981, pp. 378-379).

²⁹⁸ cf. RATZINGER, 2020, p. 217.

²⁹⁹ cf. RATZINGER, 2020, pp. 217-218.

³⁰⁰ RATZINGER, 2020, p. 218.

³⁰¹ cf. RATZINGER, 2020, p. 218.

³⁰² RATZINGER, 2020, p. 218.

³⁰³ cf. RATZINGER, 2020, pp. 218-219.

³⁰⁴ cf. RATZINGER, 2020, p. 219.

Ao apresentar essas duas posições, Ratzinger procura ver, apesar das diferenças, algo que revela uma unidade entre ambas, procurando o ponto de relação entre Cristologia e Escatologia³⁰⁵. E ele faz isso partindo dum olhar atento para as Sagradas Escrituras. No Novo Testamento, sendo mais específico, este autor desvela como os sinais do fim podem ser entendidos de maneira mais clara, elucidando não ser ainda o fim definitivo, mas sinais dele. Assim assevera:

No discurso escatológico de Mc 13 aparecem, como sinais precursores da proximidade do fim, o surgimento de pseudomessias (13,6;21-23), guerras por todo o mundo (13,7), terremoto e fome (13,8), perseguição de cristãos (13,9-13) e “abominação da desolação” nos lugares sagrados (13,14), que, dada a construção da frase e considerando os textos de Daniel aí utilizados (Dn 9,27; 11,31; 12,11), deve ser entendida como se tratando de uma pessoa, de um sujeito que profana o sagrado. Positivamente, menciona-se, como pressuposto interno do fim, o fato de que o evangelho teria chegado a todos os povos (13,10). As imagens de catástrofes que são apresentadas (13,14-17) pertencem já à descrição da parusia de Cristo, da qual teremos de nos ocupar expressamente, mais adiante³⁰⁶.

Através dessas passagens bíblicas, Ratzinger quer enfatizar que os sinais do fim não são meios para calcular ou adquirir previsão de quando será o dia exato em que o Senhor virá, mas tão e somente para permanecermos vigilantes³⁰⁷. A vigilância é intrínseca à fé, como o óleo à luz da lamparina (cf. Mt 25,1-13). Uma está para abastecer a outra, mas ambas para esperar o Senhor que vem. Em todo caso, é preciso olhar para Jesus como o Deus e Senhor da história, da vida e de tudo que existe, porque só assim o permanecer vigilante do homem encontra real sentido. Deveras,

no homem Jesus, Deus vem de uma maneira divina e humana ao mesmo tempo. Desse modo, sua vinda supera a lógica da história, mas diz respeito a toda a história. Ela obriga o homem a realizar suas ações com inteira objetividade (2Tes 3,10s.), porém abrindo uma nova dimensão à sua existência e, conseqüentemente, ao mundo. A vinda de Deus obriga o homem a uma vigilante prontidão, que se mantém aberta à parusia de Cristo, impedindo assim que a história se feche em si mesma e condene o homem a viver sem sentido e sem propósito³⁰⁸.

Como se vê, o autor demarca um equilíbrio em estar atento à vinda de Cristo, que supera a história, mas não esquivar-se da história e da realidade temporal, nas quais o homem se encontra imerso. A vigilância não é para ficar de braços cruzados, nem tampouco desmerecer os bens do mundo, que são também criação de Deus, entregues ao homem (cf. Gn

³⁰⁵ cf. RATZINGER, 2020, p. 219.

³⁰⁶ RATZINGER, 2020, p. 219.

³⁰⁷ cf. RATZINGER, 2020, p. 218

³⁰⁸ RATZINGER, 2020, p. 224.

1,29-30), mas recapitular tudo isso em Cristo (cf. Ef 1,10), que é o fim (*peras*) e realização de todas as coisas³⁰⁹. Nesse sentido, “a ‘prontidão da espera’ é, ela mesma, algo transformador, e o mundo é diferente conforme os homens adotem essa prontidão, ou a rejeitem”³¹⁰.

A adoção ou rejeição de estar vigilante diz muito de quem aderiu ou não à fé na Pessoa de Jesus Cristo, para esperá-Lo em sua vinda gloriosa. É por causa desse elemento que a prontidão acaba por ser distinta, quer pelos homens que se colocam à espera diante de um vazio, quer por aqueles que avançam em direção Àquele cujos sinais eles reconhecem como sendo escatológicos³¹¹. Em todo caso, “é justamente em meio à ruína de suas próprias possibilidades que essa prontidão adquire a certeza de sua consumação”³¹², ou seja, é frente aos percalços da vida que o homem, na esperança, perceberá que sua realização plena não será aqui, mas a partir daqui a alcançará sendo vigilante, conforme a exortação de Jesus: “Vigiai, portanto, porque não sabeis em que dia vem vosso Senhor. (...) Ficai preparados, porque o Filho do Homem virá numa hora que não pensais” (Mt 24, 42-44). Portanto, toda preparação e vigilância que se faz só tem real sentido quando se espera em Outro que me resgatará e me salvará do corpo de morte (cf. Rm 7,24).

3.3.2 O retorno de Cristo

Os sinais da Vinda de Cristo, como acima apresentados, são meios de alerta para manter-se em prontidão. Agora, contudo, apresentaremos o retorno de Jesus Cristo, sua Segunda Vinda. Se “a ressurreição de Jesus Cristo introduziu na sua humanidade um modo novo de ser, glorioso”³¹³, de igual modo, então, “a parusia será uma epifania, uma manifestação gloriosa de Cristo (cf. Tt 2,13) que volta como Rei do Universo”³¹⁴. E, nesse aspecto, de antemão, é importante acentuar que sobre essa vinda do Senhor é possível falar apenas através de imagens, partindo das próprias Sagradas Escrituras que as utilizam, a começar pelo próprio Cristo que falou em parábolas³¹⁵.

Com efeito, as parábolas versam para realidades através de imagens³¹⁶. E ao falar das coisas do Reino, Jesus se apropria desse método, pois, de fato, “toda a pregação de Jesus se

³⁰⁹ cf. RATZINGER, 2020, pp. 218-219.

³¹⁰ RATZINGER, 2020, p. 224.

³¹¹ cf. RATZINGER, 2020, p. 224.

³¹² RATZINGER, 2020, p. 224.

³¹³ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 44.

³¹⁴ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 44.

³¹⁵ cf. RATZINGER, 2020, p. 225.

³¹⁶ cf. GOMES, 1981, p. 348.

centra na chegada do Reino de Deus”³¹⁷. Por mais que ainda alguns elementos são difíceis de ser compreendidos, mesmo pelos discípulos (cf. Mt 13,13-16), as parábolas são capazes de expressar a realidade eterna, bem como a misericórdia de Deus³¹⁸ para com seus filhos (cf. Lc 15,1-32). Isso porque “Deus, nosso Salvador, quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (cf. 1Tm 2,3-4).

Nesse sentido, uma parábola que expressa a vinda de Cristo se encontra em Mateus 24, 43-44, onde se lê: “Se o dono da casa soubesse em que vigília viria o ladrão, vigiaria e não permitiria que sua casa fosse arrombada. Por isso, também vós ficai preparados, porque o Filho do Homem virá numa hora que não pensais”. As imagens, aqui utilizadas, de dono da casa, do ladrão, não dizem propriamente tal qual assim será a Vinda do Cristo, mas aludem de maneira análoga como será. Contanto que essa parusia acontecerá numa “Hora derradeira e imprevista de uma suprema revelação da divina majestade”³¹⁹. Além do mais, “ela significa, também, a chegada de um novo ano do Senhor, do eterno banquete de bodas que Ele celebra com os seus”³²⁰. Esse eterno banquete, também como imagem, remete à parusia do Senhor.

A parusia, conforme frisa Ratzinger, só pode ser entendida no contexto litúrgico. De fato, “a parusia é o ápice e a realização suprema da liturgia; esta, por sua vez, é parusia, acontecimento de parusia no meio de nós”³²¹. Isso significa dizer que o que se vive aqui é também o que ainda está por vir. Na liturgia eucarística, é o caso, já se prova o antegozo da realidade celeste, iniciada aqui na vida terrena, mas plenificada na vida futura. Por isso, “toda Eucaristia é parusia, vinda do Senhor, e toda Eucaristia está fundada no desejo de que Ele revele seu oculto resplendor”³²². Nesse aspecto, o Senhor que “vai” ao Pai é o mesmo que “vem” a nós no Sacramento, permanece em nós, mas que ainda “virá”. À vista disso, Jesus mesmo se utiliza desses conceitos de “ir” e “vir”, demarcando seus discursos de despedida, mas tais conceitos, por certo ângulo, acabam sendo a limitação da capacidade humana de poder compreendê-los corretamente. Desse modo,

o que podemos é, apenas, sustentar que “ir” (cruz) e “vir” (ressurreição) se entrelaçam já a partir de seu interior. Jesus, como “o Crucificado”, continua a ser aquele que vai embora e, como “o Trespasado, com os braços estendidos”, Ele é, ao mesmo tempo, Aquele que vem continuamente: no amor, que sustenta sua

³¹⁷ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 43.

³¹⁸ cf. GOMES, 1981, p. 348.

³¹⁹ GOMES, 1981, p. 379.

³²⁰ RATZINGER, 2020, p. 226.

³²¹ RATZINGER, 2020, p. 226.

³²² RATZINGER, 2020, pp. 226-227.

mensagem, seu “vir” se anuncia como um “evento escatológico” no meio do mundo (cf. Especialmente Jo 14,15-31)³²³.

Esse “vir” e esse “ir” de Jesus são, em última instância, sua presença no meio dos homens. E, como já pontuado, se experimenta isso através da liturgia. Só nela o homem se vê diante do mistério e da revelação. E o próprio “tema da parusia deixa de ser uma especulação sobre o desconhecido e se converte numa explicação da liturgia e da vida cristã”³²⁴. Essa é a razão pela qual “a parusia se torna obrigação de viver a liturgia como festa da esperança e da presença de Cristo”³²⁵, pois ao mesmo tempo que o esperamos em sua vinda gloriosa, presente já se faz no hoje de nossas vidas. O Senhor retornará, mas enquanto não vem, estejamos vigilantes (cf. 1Ts 5,6) e queiramos sua companhia nas ações litúrgicas.

Causa disso é que “na liturgia, a Igreja, como que caminhando com Ele, deve preparar sua morada no mundo”³²⁶, assim como “em sua Cruz, o Senhor se foi provisoriamente, a fim de nos preparar um lugar na casa do Pai” (cf. Jo 14,2s)³²⁷. Esse “preparar” retoma, uma vez mais, o tema da prontidão. E esse tema se aprofunda à medida que o homem avança na tarefa proposta por Cristo, “na tarefa concreta de converter em realidade a liturgia, até que o próprio Senhor lhe dê essa realidade última que, por ora, só pode ser buscada em imagens”³²⁸.

3.3.3 O juízo universal

Com a Segunda Vinda de Cristo acontecerá o juízo universal. Nesse juízo serão julgados os vivos e os mortos (cf. 2Tm 4,1). E, então, ressuscitados de corpo e alma, uns irão para a vida eterna e outros para o opróbrio eterno (cf. Dn 12,2). Antes disso, porém, todos se apresentarão diante do trono (cf. Ap 4,10) daquele que governa com cetro de ferro (cf. Ap 2,27). Aí o Senhor separará os bons dos maus, assim como o pastor separa as ovelhas dos bodes (cf. Mt 25, 32). Este, de fato, é o relato bíblico por excelência que retrata o juízo universal. Molinero e Sánchez o chamam de o grande acontecimento³²⁹. Assim o temos:

Quando o Filho do Homem vier em sua glória, e todos os anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória. E serão reunidas em sua presença todas as nações e

³²³ RATZINGER, 2020, p. 227.

³²⁴ RATZINGER, 2020, p. 227.

³²⁵ RATZINGER, 2020, p. 227.

³²⁶ RATZINGER, 2020, p. 228.

³²⁷ RATZINGER, 2020, pp. 227-228.

³²⁸ RATZINGER, 2020, p. 228.

³²⁹ cf. SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 60.

ele separará os homens uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos bodes, e porá as ovelhas à sua direita e os bodes à sua esquerda. Então dirá o rei aos que estiverem à sua direita: “Vinde, benditos de meu Pai, recebi por herança o Reino preparado para vós desde a fundação do mundo. Pois tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me acolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e viestes ver-me. (...) ‘Em verdade vos digo: cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes’. Em seguida, dirá aos que estiverem à sua esquerda: ‘Apartai-vos de mim, malditos, ide para o fogo eterno preparado para o diabo e para os seus anjos. Porque tive fome e não me destes de comer. Tive sede e não me destes de beber. Fui forasteiro e não me recolhestes. Estive nu e não me vestistes, doente e preso, e não me visitastes’. (...) ‘Todas as vezes que o deixastes de fazer a um desses mais pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer. E irão estes para o castigo eterno, enquanto os justos irão para a vida eterna (Mt 25, 31-36.40-43.45-46).

Com esse relato se observa, dentre tantos elementos, uma só realidade: Haverá um juízo universal, isto é, “chegará um momento em que o Senhor, histórico e glorificado, pronunciará a última palavra sobre a nossa vida e a vida da Humanidade inteira”³³⁰. Partindo disso, numa explicação atenta a esse excerto, Gomes aponta um critério de Julgamento: Amor aos pequeninos. Ele enfatiza que a mensagem principal está no fato de ter acolhido e socorrido os mais pequeninos, porque neles “foi ao próprio Cristo que se prestou serviço”³³¹.

Na realidade, a descoberta aqui prevista será reconhecer que por trás das faces humanas com as quais nos deparamos esteve aparente a face do próprio Cristo³³², que, habilmente, a desprezamos. Não se despreza a quem se ama, nem tampouco rejeita a quem se quer bem. Por isso, “o juízo de Deus será de uma Bondade e Sabedoria infinitas para os que não o tiverem rejeitado com plena advertência”³³³. A estes que assim agiram, não faltará o perdão de Deus, porque “a misericórdia de Deus é infinita”³³⁴. Sendo assim, cada um se julgará a si mesmo, antes de acontecer a separação dos que herdarão a vida eterna dos que irão para a perdição sem fim. Por esse motivo é que se afirma que “o juízo será a revelação do sentido da história e da verdade de cada um”³³⁵. Noutros termos, é o próprio homem que se converte em juízo para si mesmo, pois Cristo não imputa condenação alguma, mas o homem, por sua vez, coloca uma barreira à salvação que lhe é ofertada³³⁶.

Nesse mesmo sentido, o cardeal Ratzinger afirma que “Cristo não condena ninguém à danação; ele mesmo é pura salvação”³³⁷, pois todo aquele que n’Ele se encontra permanece na salvação e na graça. Consequentemente a isso se subtende que “a desgraça não é decretada

³³⁰ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 61.

³³¹ cf. GOMES, 1981, p. 379.

³³² cf. GOMES, 1981, p. 379.

³³³ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 66.

³³⁴ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 69.

³³⁵ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 68.

³³⁶ cf. RATZINGER, 2020, p. 230.

³³⁷ RATZINGER, 2020, p. 229.

por Cristo, mas se dá onde o homem ficou longe d'Ele; ela ocorre quando o homem permanece em si mesmo"³³⁸. Dessarte, se a palavra salvadora de Cristo não foi acolhida, então Cristo não foi acolhido; logo, "tornará evidente que foi o próprio condenado quem estabeleceu a fronteira e se apartou da salvação"³³⁹.

A partir dessa visão, é apontado o resultado no qual o homem se encontra: Ser posto diante da Verdade e ver-se em sua verdade. Isso foi sua vivência terrena e isso o será por toda a eternidade. O que também significa dizer que "a verdade do homem, que se faz definitiva no juízo, é aquela verdade que no todo de sua vida e de seus caminhos converteu-se em direção fundamental de sua existência"³⁴⁰. Contudo, por não se mensurar a grandiosidade do amor que Deus tem ao homem, não há como afirmar que a Verdade mesma o condena. Perscrutar as raízes mais internas do homem "compete unicamente a Deus, que conhece melhor que nós as sombras de nossa liberdade"³⁴¹. E, ainda, o Senhor sabe de que barro fomos feitos³⁴². Sabe das limitações de cada um. Ele, desse modo, "conhece a insuficiência do homem que Ele próprio, como Verdade, fez-se Redenção, mas sem perder a dignidade da Verdade"³⁴³, ou seja, Deus mesmo, que criara o homem em sua onipotência, o remiu numa Cruz, sem perder em nada do que Ele é.

Nesse viés, portanto, o homem se deparará com seu destino final: Será chamado como ovelha pelo Bom Pastor ou será apartado como cabrito para longe de seu Deus (cf. Mt 25, 31-46). Então será o fim definitivo. Haverá, com isso, "novos céus e nova terra" (cf. Ap 21,1), e em Cristo tudo se plenificará. Por essa razão, a fé no regresso de Cristo caracteriza-se como a certeza de que o mundo alcançará a plenitude; isso graças ao amor indestrutível que se deu na vitória de Cristo sobre o pecado e a morte³⁴⁴. Nesse limiar, "a fé no retorno de Cristo é a fé em que, no final, a verdade julga e o amor triunfa"³⁴⁵. Por esse motivo, "a salvação do mundo se apoia no fato de que ele é transcendido como mundo"³⁴⁶ e alcançado por Deus. Isso pelo fato de que Cristo ressuscitado é a certeza viva de que o homem ressuscitará e sua pobre e limitada razão será preenchida por Deus, encontrando n'Ele o verdadeiro sentido de sua existência³⁴⁷.

³³⁸ RATZINGER, 2020, p. 229.

³³⁹ RATZINGER, 2020, p. 229.

³⁴⁰ RATZINGER, 2020, p. 232.

³⁴¹ RATZINGER, 2020, p. 232.

³⁴² cf. RATZINGER, 2020, p. 232.

³⁴³ SÁNCHEZ; MOLINERO, 2006, p. 69.

³⁴⁴ cf. RATZINGER, 2020, p. 236.

³⁴⁵ RATZINGER, 2020, p. 236.

³⁴⁶ RATZINGER, 2020, p. 237.

³⁴⁷ cf. RATZINGER, 2020, p. 237.

Feitas essas ponderações, fecha-se assim este último capítulo, demarcando, com o dado da fé, a existência dessas realidades: Ressurreição de Cristo, a partir da qual haverá a ressurreição da humanidade; e conjuntos à ressurreição da humanidade, o retorno glorioso de Cristo e o julgamento universal. Tais realidades, como acima pontuadas, foram desenvolvidas por Ratzinger, o qual, em diálogo com outros pensadores sobre o assunto, nos possibilitou adentrar um pouco na esfera escatológica e refletir o sentido e o mistério da morte e da vida futura que, inevitavelmente, abarcará todo homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há no coração do homem uma inquietação a respeito da morte. A evidência da morte é dramática e a dúvida do que vem depois dela é uma incógnita. Tendo visto o pensamento teológico de Ratzinger acerca disso, pudemos ver, concisamente, que a morte não é o fim da existência humana, apesar de que ele não tira o mérito de que ela ganha espaço no “vazio” de uma vida que se ausenta. Contudo, à luz da fé e da revelação, nosso teólogo apresentou fundamentações plausíveis de que a vida perdura após a morte e esta não é outra coisa senão uma passagem para um outro estado da existência.

Nesta perspectiva, tendo um renomado teólogo como base de nossa investigação acerca da morte, da “situação intermediária” e da ressurreição, retiramos algumas considerações finais, circunscrevendo as pontuações realizadas no primeiro, segundo e terceiro capítulos. Assim sendo, podem-se inferir as seguintes ponderações, abaixo descritas.

A morte é entendida como um processo da vida e a vida continua existindo mesmo após a morte, mas numa outra forma. Por isso, a fé cristã está voltada para a vida, que crê no Deus dos vivos. Não permanece na morte, quem tem Deus consigo, porque Deus é a vida. Nisso, Ratzinger enfatiza que para compreender a vida humana é preciso necessariamente compreender a morte. Isso fica claro quando, no primeiro capítulo, discorreremos sobre a origem da morte. Toda vez que o homem faz pouco caso da vida humana, cai-se no “estado de morte”, gerando, por consequência disso, uma anulação do seu próprio ser.

Outro ponto, levantado por nosso autor, é que o homem dos nossos tempos tem desejado uma morte inesperada. Uma morte que não der tempo para pensar, nem perdoar e tampouco sofrer. Nesse aspecto, é preciso ir contra essa tentativa de anulação cada vez mais forte em ver a morte como fenômeno que, uma vez incontrolável, precisa ser substituída pela morte técnica, a partir da qual não será mais preciso morrer. Aqui a doença e o sofrimento, que entram como prelúdio para bem se preparar para a morte, são rebaixadas ao plano do tecnicamente factível, o que faz com que o homem seja tratado como objeto e não como criatura amada e querida por Deus. É claro que não é para ser um defensor do sofrimento e da dor por si mesmos, nem tampouco buscá-los, mas, uma vez sobrevivendo em decorrência natural, é preciso dar-lhes sentido. Defendemos Ratzinger que o sofrimento em nome de Deus e em favor dos outros é uma nobre maneira de tornar Deus presente e estar a serviço da vida, bem como ser um caminho de proximidade e reconciliação com Deus.

Além disso, o teólogo Ratzinger acentua que a morte rompe com a estrutura corpo e alma do homem. Enquanto a alma subsiste num estado em outro modo de existir, o corpo se

reduz a pó. Mas não se trata de qualquer pó, e sim de um pó nobre, que, quando unido à alma, foi abençoado, ungido e consagrado a Deus. Por essa razão, em hipótese alguma não o desprezemos, contanto ainda que o corpo participa da dignidade da imagem de Deus, porque ele é Templo do Espírito Santo. Desse modo, o corpo humano sem vida é guardado e tratado com zelo e respeito, sendo ainda que é ele que haverá de ressurgir quando o Cristo vier.

No tocante aos *novísimos*, frisamos, em nosso trabalho, quatro realidades escatológicas, a saber: o juízo particular, o Céu, o purgatório e o inferno. No que se refere ao juízo particular, Joseph Ratzinger apresenta-o como um elemento logo após a morte. Entendido como um “lugar” de revisão de cada um do modo como agiu na vida terrena: se optou por Deus ou não. É aí que cada um se aperceberá que Deus não é meramente justiceiro e nem tampouco vingativo, mas misericordioso, pois cada qual se julgará a si mesmo.

Quanto à realidade do Céu, Ratzinger afirma sua existência na eternidade, mas que é iniciada na vida terrena. A partir disso, em sua visão, o Céu é a nova Jerusalém, a morada de Deus e o “lugar” de culto a Ele. Muito mais ainda é Céu estar em Cristo. O homem está no Céu na medida e na proporção em que seu ser ocupa morada junto de Deus. Nessa morada, o ser-criatura encontra-se em comunhão com o Ser-Divino, e essa comunhão é vinculada numa união com os anjos e os santos.

A respeito do purgatório, nosso teólogo retoma o pensamento dos Santos Padres da Igreja para inferir duma purificação da alma no fogo. Nessa purificação, a alma se reconciliaria com Deus e entraria no estado de perfeição através da graça, emanada do próprio Senhor, então só assim estaria apta para o gozo da vida celeste. Esse fogo seria o próprio Cristo, Juiz e Salvador, que queima e salva. Trata-se, dessa forma, de olhar o purgatório numa perspectiva cristocêntrica, em que Cristo é posto no centro e sua centralidade na alma da pessoa a purifica de toda imundície. Além do mais, esse estado não seria permanente como o Céu ou o inferno, mas seria como que uma “passagem” ou um “momento” transformador da isenção das culpas. A metáfora do fogo, segundo Ratzinger, pode ser ainda entendida como o afervoramento do amor, do desejo sofrido para encontrar e unir-se a Deus. Uma nobre ação capaz de acelerar essa passagem é orar pelas almas. A oração pelos defuntos é atitude nobre de quem confia na misericórdia de Deus e a suplica pela purificação das faltas daqueles que ainda não contemplam a face de Deus.

Na questão do inferno, Ratzinger pontua que ele existe e se trata de uma tristeza ontologicamente interminável, pois a alma que se encontra nesse estado não contempla a face de Deus. Nosso autor faz questão de dizer que o inferno é um “não” definitivo dado a Deus e

à sua vontade, e não há como reverter isso porque cada um é respeitado em sua liberdade de poder dizer esse “não” a Ele.

Por conseguinte aos *novíssimos*, expusemos a temática da ressurreição. Nesse tema tratamos de duas nuances, a saber: a ressurreição de Jesus e a nossa ressurreição. A ressurreição dos mortos, como vimos, só será possível por causa da ressurreição do Senhor.

Quanto à ressurreição de Jesus dentre os mortos, Ratzinger delinea que muito mais em ser um fato histórico é um marco da fé. Isso é tão forte na concepção de Ratzinger que a fé na ressurreição de Jesus se identifica com o conceito do próprio Deus, isto é, a fé na ressurreição do Senhor é o mesmo que dizer da própria fé em Deus. Quem diz crer em Deus e não acredita na ressurreição de Jesus, tem uma fé vã e engana-se a si mesmo. Isto porque a fé não é só ver Cristo ressuscitado de forma externa, mas como fonte e origem de todo ser criado. Por esse motivo, defende Ratzinger, a fé na ressurreição de Jesus significa em acreditar que haverá um futuro para cada homem. E esse futuro tem por resposta a Pessoa do próprio Cristo, como “espaço” no qual somos acolhidos e experimentamos o seu amor.

No que se refere à nossa ressurreição, Ratzinger parte do pressuposto de que como Cristo ressuscitou, também nós ressuscitaremos. O homem como partícipe de Cristo, que é o Primogênito dos mortos. Mas, junto à ressurreição dos mortos, sublinha Ratzinger, todo o *cosmos* perpassará por uma nova realidade em que a matéria e o espírito vão se relacionar de maneira mútua e definitiva. Isso significa afirmar que a totalidade do homem estará presente na salvação definitiva, ao mesmo tempo que aquele belo e maravilhoso mundo criado por Deus reapareça transformado, com novos céus e nova terra.

Outrossim, pudemos ainda perpassar por duas realidades futuras: o retorno glorioso de Jesus e o juízo universal. Ratzinger os apresenta a partir dos sinais que precederão a Vinda de Cristo, e para tal acentua o caractere da vigilância. O discípulo de Cristo precisa esperar com “prontidão” seu Senhor que vem, para que, uma vez vindo, julgue-o apto para participar de seu banquete. Tal banquete tem início na vida terrena, que é a liturgia eucarística, mas que se culminará de forma plena na eternidade.

Com todos esses pontos apresentados, provindos de uma teologia escatológica precisa, percebemos que a maior importância desses é compreender que a morte não é o fim da vida humana e a ressurreição é a resposta a esse fim. A existência de realidades sobrenaturais é o que move o homem a iniciar seu caminho para Deus, trilhando-o bem desde já, tendo como modelo e paradigma de sua vida a Pessoa de Jesus Cristo, que é seu *Eskaton* por excelência.

ANEXOS



Fotografia de Joseph Ratzinger. Colloque “Joseph Ratzinger, lecteur d'Augustin”, vendredi 21 et samedi 22 juin. Disponível em: <https://insr-normandie.fr/event/colloque-joseph-ratzinger-lecteur-daugustin-vendredi-21-et-samedi22juin/>. Acessado em 20 de novembro de 2024.

Oração Junto ao agonizante³⁴⁸

Parte, ó alma cristã, deste mundo, em nome de Deus Pai todo-poderoso, que te criou;

Em nome de Jesus Cristo, filho do Deus vivo, que por ti morreu;

Em nome do Espírito Santo, que em ti foi derramado.

A paz seja hoje o teu lugar e a tua morada junto ao Senhor, na cidade celeste, com a santa Mãe de Deus, a Virgem Maria, com São José e todos os Anjos e Santos de Deus.

Irmão caríssimo (irmã caríssima), eu te recomendo a Deus todo-poderoso e te confio

Àquele que te criou, para que possas voltar ao Criador, que te formou do limo da terra.

Ao saíres, portanto, desta vida,

Venham ao teu encontro a Virgem Maria,

Os Anjos e todos os Santos.

O Cristo, por ti crucificado, te conceda a liberdade;

Conceda-te a liberdade o Cristo que consentiu morrer por ti!

O Cristo, filho do Deus vivo, te receba em seu Paraíso,

E o verdadeiro Pastor te reconheça como sua ovelha.

Absolva-te de todos os teus pecados e te estabeleça entre os seus eleitos.

Possas contemplar o teu Redentor face a face e gozar da visão de Deus pelos séculos dos séculos.

Amém.

³⁴⁸ SACRAMENTÁRIO. Comissão Episcopal para Exame e Aprovação das Traduções de Textos Litúrgicos e confirmados pela Sagrada Congregação para o Culto Divino. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976, pp. 193-194.



A ressurreição. Matthias Grünewald. Disponível em: <https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Matthias-Gr%C3%BCnewald/355961/A-ressurrei%C3%A7%C3%A3o-de-Cristo.-da-ala-direita-do-Ret%C3%A1bulo-de-Isenheim,-%C3%B3leo-c.1512-16-no-detalle-do-painel-de-17677.html>. Acessado em 11 de novembro de 2024.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

A BIOGRAFIA DE BENTO XVI. *Vatican News*. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2022-12/bento-xvi-biografia.html>. Acessado em 20 de novembro de 2024.

AGOSTINHO, Santo. **A verdadeira religião: O cuidado devido aos mortos**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002.

AGOSTINHO, Santo. **A vida feliz**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1998.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1984.

AGOSTINHO, Santo. *De anima et eius origine, Opera Omnia*, BAC, 18 vols., Madrid, 1946-1967, 2, 4, 8.

AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

AQUINO, Santo Tomás de. **Catena Aurea**. Exposição contínua sobre os evangelhos. v. 2, Evangelho de São Marcos. São Paulo: Editora Ecclesiae, 2019.

AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. v. II. São Paulo: Loyola, 2004.

BENTO XVI, Papa. Carta Encíclica *Spe Salvi* (Sobre a esperança cristã). São Paulo: Paulinas, 2007.

BENTO XVI, Papa. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Sacramentum Caritatis* (Sobre a Eucaristia, fonte e ápice da vida e da missão da Igreja). São Paulo: Paulinas, 2007.

BENTO XVI, Papa. *Homilia da Quarta-feira de Cinzas*. Basílica de Santa Sabina, quarta-feira de Cinzas, 17 de fevereiro de 2010.

BETIATO, Mário Antônio. **Escatologia cristã: entre ameaças e esperança**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova Edição, Revista e Ampliada. São Paulo: Paulus. 2. Impressão, 2001.

BOROBIO, Dionisio. **A celebração na Igreja II – Sacramentos**. São Paulo: Loyola, 1993.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edição típica vaticana. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

CONCÍLIO VATICANO II. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Organização geral Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. Tradução de José Marino e Johan Konings. São Paulo: Paulinas, Edições Loyola, 2007.

DICIONÁRIO TEOLÓGICO: O Deus Cristão. Dirigido por Xabier Pikaza e Nereo Silanes. Tradução de I.F.L. Ferreira, Honório Dalbosco e equipe. São Paulo: Paulus, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

FRANCISCO, Papa. Carta encíclica: *Fratelli Tutti* – Sobre a Fraternidade e a Amizade social. São Paulo: Paulinas, 2020.

GALVÃO, Antônio Mesquita. **O grão de trigo**: Reflexões cristãs sobre a vida depois da morte. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2000.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Tradução de: AYOUB, Cristiane Negreiros Abbud. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

GOMES, Cirilo Folch. **Riquezas da mensagem cristã**. Rio de Janeiro: Edições “*Lumen Christi*”, 1981.

IRENEU DE LIÃO, Santo. **Ireneu de Lião**. Tradução de Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

JOÃO PAULO II, Papa. Carta encíclica: *Veritatis Splendor* (O Esplendor da Verdade). Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo: Paulinas, 1993.

KRAUS, Hans-Joachim. **Psalmes 1-59**. *Fortress Press*, 2013.

LIGÓRIO, Santo Afonso de. **Preparação para a morte**. Tradução Celso de Alencar. Rio Grande do Sul: Minha Biblioteca Católica, 2022.

MENDES, Candido. **Bento XVI no Brasil: Secularização e Relevância da Igreja**. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

PAULO II, João. Carta Apostólica *Salvifici Doloris* (Sobre o sentido cristão do sofrimento humano). São Paulo: Paulinas, 1988.

PAULO II, João. *Homilia do papa João Paulo II na vigília pascal, em 11 de abril de 1998*. Disponível: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1998/documents/hf_jp-ii_hom_11041998_vigil.html. Acessado em 11 de novembro de 2024.

RATZINGER, Joseph. **Escatologia: morte e vida eterna**. 2 ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Molokai, 2020.

RATZINGER, Joseph. **Dogma e anúncio.** Tradução de Antônio Steffen, SJ. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

RATZINGER, Joseph. **O Sal da terra: o cristianismo e a Igreja Católica no século XXI:** Um diálogo com Peter Seewald. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

SÁNCHEZ, Justo Luis R.; MOLINERO, Jorge. **O Além: Iniciação à escatologia.** Lisboa: Diel, 2006.

SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética:** Fundamentos e ética biomédica. Tradução de Orlando Soares Moreira. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SUSIN, Luiz Carlos. **O tempo e a eternidade: a escatologia da criação.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

ZILLES, Urbano. **Esperança para além da morte.** Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: Porto Alegre, 1980.